

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MAYARA AVELINO DE LIMA

**GÊNERO EM GUERRA: UMA ANÁLISE DA GÊNESIS DA GUERRA A PARTIR DA
PERSPECTIVA DA TEORIA FEMINISTA**

**Sant'Ana do Livramento
2016**

MAYARA AVELINO DE LIMA

**GÊNERO EM GUERRA: UMA ANÁLISE DA GÊNESIS DA GUERRA A PARTIR DA
PERSPECTIVA DA TEORIA FEMINISTA**



Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Orientador: Prof. Dr. Renatho José da Costa

**Sant'Ana do Livramento
2016**

Catálogo da Publicação
Serviço de Documentação
Universidade Federal do Pampa - Unipampa

L382g Lima, Mayara Avelino de.

Gênero em Guerra: uma análise da gênese da guerra a partir da perspectiva da Teoria Feminista / Mayara Avelino de Lima. – Santana do Livramento: Universidade Federal do Pampa, 2016.

viii, 71 f. : 29,7 cm.

Orientador: Renato José da Costa

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Pampa, Unipampa, Bacharelado em Relações Internacionais, 2016.

1. Gênero. 2. Relações Internacionais. 3. Segurança Internacional. 4. Guerra. 5. Teoria das Relações Internacionais. – Monografia. I. Costa, Renato José da. II. Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, Curso de Relações Internacionais, 2016. III. Título.

CDD: 327

MAYARA AVELINO DE LIMA

**GÊNERO EM GUERRA: UMA ANÁLISE DA GÊNESIS DA GUERRA A PARTIR DA
PERSPECTIVA DA TEORIA FEMINISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito para obtenção de grau de Bacharelado em
Relações Internacionais pela Universidade Federal do
Pampa – UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 30/11/2016.
Banca examinadora

Prof. Dr. Renatho José da Costa
Orientador
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento
(UNIPAMPA)

Profa. Dra. Rosa Maria Zaia Borges
(UNIPAMPA)

A minha família e amigos,
Com toda minha dedicação.

AGRADECIMENTO

Quando cheguei a Santana do Livramento e na UNIPAMPA, não esperava vivenciar e amadurecer de forma tão intensa como está sendo, durante esse tempo de graduação pude aprender que as descobertas acadêmicas são só uma parte do grande conhecimento que adquiri nesses últimos três anos e meio de graduação. A vivência com o Movimento Estudantil e com o Coletivo LivraElas, me ensinou o meu papel como ser pensante e não somente um aluna de Relações Internacionais, mas sim meu papel como mulher negra na sociedade, nos quais jamais me distanciarei e seguirei em luta até que todas sejamos livres, assim, gostaria de agradecer às pessoas que me ajudaram a ser quem sou hoje:

Aos meus pais Maria e Francisco, que me apoiaram nessa aventura, mesmo com a distância e dificuldades nunca deixaram de me apoiar.

Ao meu irmão querido Jefferson, que sempre me apoiou nos meus mais loucos sonhos, me aconselha e nunca me deixou desamparada.

A minha irmã querida Sabrina, minha amiga e companheira de luta, na qual tenho muito orgulho.

Ao meu companheiro e amigo Ricardo que foi uma das maiores surpresas que pude receber. Agradeço-lhe por ser meu amigo, conselheiro e meu amor.

Aos meus amigos de graduação e de vida que fizeram minha vida ser mais colorida: Gabrieli, Juliana, Ingrid, Michelle, Jady, Yuan, Susana, Bia e muitos outros que quero levar comigo para sempre.

E por fim, ao meu orientador Prof^o. Dr. Renatho Costa por aceitar essa aventura comigo e conduzir-me na elaboração desse trabalho de forma brilhante e audaciosa.

Guns blow doors to the system
Yeah fuck 'em when we say we're not with them
We're solid and we don't need to kick them
This is north, south, east and western

We representing peeps, they don't play us on the FM
We talkin' in our sleep, they still listen on a system
We sittin' on a stoop
Where we get a scoop
This is how we keep it cool
This is how we do (M.I.A, 2016)

RESUMO

A inserção dos debates de gênero na Segurança Internacional ao final da Guerra Fria proporcionaram às Relações Internacionais maior alargamento dos assuntos relacionados à mulher na guerra, bem como nas políticas internacionais desenvolvidas a partir da ótica feminista. Assim, a teoria feminista na Segurança Internacional, busca abordar de forma multidimensional e multinível as diversas formas que o patriarcado infere nas relações internacionais e assim, identificar as formas de combate e de ações necessárias para a emancipação da mulher no cenário internacional. A teoria feminista busca expor a construção andocêntrica do mundo e, em consequência, suas políticas construídas a partir de bases centradas na figura masculina e ocidental, elencando que a emancipação da mulher nas relações internacionais é vista como empírica para a construção de um sistema igualitário nas tomadas de decisão, ou seja, a participação ampla do gênero na tomada de decisão e nas concepções sociais geraria formulações mais voltadas para o indivíduo, afastando-se da estrutura rígida de Estados na qual as formulações são compostas. Sendo que a estruturalização gerada a partir da feminilização de oprimido torna-o marginalizado perante as decisões estatais, o presente trabalho questiona a visão tradicional da política internacional voltada para as questões de segurança, ampliando essa crítica ao incluir a guerra como fator crucial para perpetuação da precarização da vida e das diversas formas de subordinação.

Palavras-chave: Gênero, Relações Internacionais, Segurança Internacional, Guerra, Teoria Feminista de Relações Internacionais.

ABSTRACT

The inclusion of gender debates in International Security at the end of the Cold War, provided the International Relations biggest enlargement issues related to women in war and in international policies developed from a feminist perspective. Thus, feminist theory in International Security, seeks to address the multidimensional and multilevel way the various ways that patriarchy infers in international relations and thus identify ways to combat and actions necessary for the emancipation of women in the international arena. Where feminist theory seeks to expose the androcentric construction of the world and, consequently, its policies built from bases centered on male and Western figure, listing the emancipation of women in international relations is seen as empirical to build an egalitarian system in decision-making, is the wide gender participation in decision making and in social conceptions would generate more targeted formulations for the individual, moving away from the rigid structure of states in which the formulations are composed. Since the destructuralization generated from the oppressed feminization becomes the marginalized before state decisions where this work challenges the traditional view of international politics focused on security issues, expanding this criticism to include the war as a crucial factor for perpetuating the precariousness of life and the various forms of subordination.

Keywords: Gender, International Affairs, International Security, War, Theory Feminist of International Relations.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	HISTÓRIA DA GUERRA.....	13
2.1	Teorias de Guerra.....	16
2.2	As relações de poder e sua influência na guerra.	25
3	A TEORIA FEMINISTA NA SEGURANÇA INTERNACIONAL.....	30
3.1	As Ondas Feministas: Movimento e Teoria	30
3.2	O Feminismo nas Relações Internacionais	38
3.2.1	A inserção da questão de gênero nas Relações Internacionais: evolução e definição	39
3.2.2	As vertentes da Teoria Feminista: Feminismo Crítico, Feminismo Construtivista, Feminismo Pós- Estruturalista e Feminismo Pós- Colonial.....	42
3.2.3	Divisão epistemológica: Feminismo de Ponto de Vista e Feminismo Pós-Moderno47	
3.3	A abordagem feminista na Segurança Internacional	50
3.3.1	Definição de Segurança e Insegurança a partir da perspectiva feminista.....	54
3.3.2	Redefinições de Segurança a partir do feminismo	57
4	A GUERRA SOB A ÓTICA FEMINISTA.....	61
4.1	O Feminismo nas questões de guerra.	61
4.1.1	O Mito da Proteção.....	71
4.2	Estudos Feministas sobre Paz	73
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
	REFERÊNCIAS.....	79

1 INTRODUÇÃO

A guerra tradicional, em seu conceito primordial, assume o entendimento de continuação da política por outros meios, conforme fora formulado por Clausewitz, em 1832, em seu estudo sobre a guerra durante o período napoleônico. Sua teorização contribuiu para construção de um conceito ocidental sobre a guerra. Neste sentido, é importante observar que os interesses políticos e econômicos – dos grandes *players* do Sistema Internacional – impulsionam guerras. A partir desta formulação que justificariam os conflitos e, nas diversas partes do mundo onde esses interesses se encontravam, iniciar-se-iam sistemáticas subjugações de povos que repercutiriam em conquistas territoriais e criação de zonas de influência de interesse direto das grandes potências ocidentais. Com isto, a perspectiva realista apresenta-se em sua forma mais ativa, na qual independentemente da motivação para a guerra em seu formato tradicional, a supremacia do Estado perante seu inimigo é o objetivo principal para a manutenção da sua posição de *hegemon* no sistema.

A partir do século XX tornou-se uma das pautas principais entre os Estados os resultados que as guerras traziam e como os danos causados ultrapassavam a destruição de cidades e de recursos naturais, entendidos como essenciais para a desmantelamento do inimigo. Nessa nova perspectiva, a quantidade de refugiados e de crises humanitárias causadas pelos conflitos em áreas da África e do Oriente Médio – palco dos grandes combates do século XX e início do século XXI – ganham dimensão mundial e preocupação proporcional. Dentro desse novo olhar sobre as guerras, iniciaram-se debates em diversos âmbitos dos estudos sobre Guerra e Segurança Internacional. Com o fim da Guerra Fria, em 1991, ocorre uma nova estruturação de poder, por um lado, a “vitória” do bloco capitalista, e por consequência, estadunidense, por outro lado, ocorre a dissolução da URSS, que passa por um processo de dissolução territorial e populacional. Entre 1990 e 1991 ocorre um processo de independência de minorias que compunham a antiga URSS, desta forma, configura-se um novo cenário internacional com novos atores, novas potências mundiais, novas formas de poder – comercial, tecnologia e econômico – e, por fim, a nova configuração de países desenvolvidos versus países em desenvolvimento.

Nessa reconfiguração do sistema internacional, novas áreas de interesse político e econômico das grandes potências tornam-se zonas de conflito constante. Acompanhando as mudanças ocorridas com o fim da Guerra Fria, as Relações Internacionais passa por um processo de discussões teóricas acerca do panorama mundial pós-guerra. Com isso, questionamentos sobre a mudança estrutural do mundo, antes bipolar e podendo ser unipolar e

multipolar, entram em discussão, ocorrendo uma profusão no debate abarcando correntes que somente com o fim da guerra obtiveram espaço. Em parte, devido à crescente crítica ao realismo e busca por alternativas teóricas sobre o novo cenário internacional.

Deste modo, em 1990 iniciam-se estudos de correntes positivistas e pós-positivista, construídas a partir um debate metateórico, onde buscava-se explicar o mundo e suas pluralidades. Com esse alargamento teórico, questões envolvendo alternativas ao realismo passam a ter maior atenção. Partindo disso, o feminismo passou a ter grande importância por ter uma análise teórica baseada no gênero, de forma que as teorias vigentes não conseguiam suprir a necessidade das questões colocadas pela corrente feminista. O pioneirismo em questões voltadas para a mulher e posteriormente a grupos minoritários, colocaram as pautas feministas em ascensão, sendo uma alternativa às teorias tradicionais que predominavam nas Relações Internacionais, cujo principal expoente era o realismo. Tendo em vista o crescimento dos meios de comunicação, estudos humanitários e a globalização, as ocorrências de casos que feriam os direitos humanos em guerras passaram a fazer parte de pautas mais assíduas em organismos supranacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU). Deste modo, com o final da Guerra Fria, que resultou mais de 21 milhões (RUSSEL, 1967) pessoas morreram, as questões de paz entraram na agenda de diversos países e as Missões de Paz tiveram maior participação no jogo internacional.

Desta forma, as concepções de gênero em relação à guerra, partem do pressuposto de dominação do gênero na sociedade não relacionada somente à mulher, mas a todas as vítimas de discursos construídos em bases patriarcais, tais como os homossexuais, o Terceiro Mundo e as regiões de conflitos crônicos, influenciando em uma dominação essencialmente masculinizada, ocidentalizada que perpetua um sistema de precarização da vida (TICKNER, 2001). Assim, a necessidade de uma visão mais voltada ao debate social, em contraponto à visão tradicional que visa à posição do Estado, torna-se imperativa para a construção de um novo conceito em relação aos conflitos e à análise dos danos causados. Desse modo, a Teoria Feminista propõe uma perspectiva de baixo para cima, partindo do impacto da guerra em nível social, proporcionando, consequentemente, um debate mais amplo no campo de segurança e conflitos.

Assim, tendo como base que a perspectiva feminista na segurança internacional questiona a visão tradicional voltada somente ao Estado como ator principal, por conseguinte, a presente pesquisa busca ampliar essa crítica, incluindo a guerra como fator crucial para perpetuação de estereótipos de gênero nas relações de segurança dos Estados, onde esses Estados acabam por marginalizar o indivíduo vítima da violência causada pelos conflitos, podendo gerar um silenciamento e pouca atenção dos atores centrais em questão voltadas ao

indivíduo, sendo tratados em diversos casos como consequência e necessários para realização dos objetivos da guerra. Tendo a ampliação dos discursos de Relações Internacionais – e abertura de discussões sobre a guerra – a inserção do feminismo nas relações internacionais como fonte primária para as análises e debates das questões sociais envolvidas em conflitos, torna evidente a necessidade de maior aprofundamento do tema em questões de Segurança Internacional, onde a teoria se concentra nas tomadas de decisões dos atores sobre questões de guerras e paz, e em como a política internacional de segurança influencia na vida de mulheres, crianças e outros grupos minoritários em meio aos conflitos.

Diante do exposto, a hipótese inicial deste trabalho concentra-se na posição adotada pelos Estados em relação à guerra, onde a destruição material e, em consequência, humana, é considerada parte dos conflitos e vista como necessária para a realização objetivo da guerra. Em contraponto, a questão de gênero na segurança internacional, que busca abordar o impacto em nível social dos conflitos, parte para uma análise da inclusão do gênero em meio ao processo de negociação até a guerra, desta forma transformando a estruturação do poder patriarcalista, retirando os diversos abusos estruturais e sociais que ocorrem em meio a um sistema patriarcal. No entanto essa perspectiva não faz parte da agenda dos grandes *players* por ser entendida como uma questão doméstica dos Estados e de não importância para as pautas de defesa e segurança em âmbito internacional.

O objetivo geral desse trabalho é analisar como a concepção de gênero poderia ser aplicada em questões de guerra e, em consequência, de que forma as políticas relacionadas ao gênero impactariam em seu resultado.

Os objetivos específicos deste trabalho consistem em conceituar a guerra regular ocidental; analisar como a Teoria Feminista de Segurança Internacional aborda as questões de guerra e paz e verificar os resultados da inserção de gênero nas tomadas de decisão.

A metodologia utilizada para a elaboração da monografia consiste em um estudo teórico-analítico, que se baseia no estudo da Teoria Feminista de Segurança envolta à questão da guerra, partindo de uma análise das teorias feminista e suas prerrogativas em relação ao processo de guerra e o impacto na formulação de políticas internacionais relacionadas à segurança. Visto que a pesquisa é exploratória, é necessário expor os preceitos do Movimento Feminista desde a Revolução Francesa até os dias atuais, de forma a entender suas formulações para construção de uma nova concepção nos estudos na área das ciências sociais aplicadas. Como procedimento metodológico, tem-se a análise teórica e histórica com a utilização de fontes secundárias, através de livros teóricos e artigos científicos, análises políticas, sociais e humanitários acerca do tema.

Para tanto, o trabalho está dividido em três capítulos, além de introdução e considerações finais. O primeiro capítulo contextualiza acerca da guerra, seus conceitos a partir da visão dos principais teóricos ocidentais e em como as relações de poder se configuram na sociedade e inferem na guerra. O segundo capítulo apresenta a Teoria Feminista como um movimento social orgânico que se modifica ao longo dos últimos séculos e acaba por abranger as relações internacionais e, em especial, a Segurança Internacional. O terceiro capítulo apresenta como as teóricas feministas de segurança abordam as questões de guerra e paz, e em como as relações de poder e de gênero inferem nos conflitos, em especial, nas vidas das mulheres, criança, entre outras minorias. Por fim, as considerações finais apresentam a síntese dos resultados obtidos.

2 HISTÓRIA DA GUERRA

A guerra permeia toda a história da humanidade. Essa afirmação pode ser feita a partir da concepção de que o combate entre povos, desde os tempos primitivos, mesmo não tendo o conhecimento de teorias de estratégia e defesa sofisticadas utilizadas atualmente, indica a necessidade de proteção da família, posteriormente da tribo ou clã e por último do Estado, fez com que os combates entre povos fossem travados desde seu princípio. O estudo da História da Guerra pode ser considerado um dos temas centrais da academia. A compreensão de que a história da humanidade e da guerra está ligada de tal forma, como a da história do Estado e da guerra, é imperativo para entender que se faz necessário um estudo antropológico do tema, além das abordagens em Relações Internacionais ou das Ciências Militares. A guerra pode ser interpretada como a precursora de todas as piores mazelas da humanidade (o genocídio, destruição de culturas, disseminação de povos, entre outros) e também como formadora de Estados. Em “Uma história de Guerra” (2006) obra escrita por John Keegan, há a ideia de Turney-High¹ de que “(...) somente quando uma sociedade passava da prática da guerra primitiva para o que chamou de guerra verdadeira (...) poderia surgir um Estado” (KEEGAN, 2006, p. 128).

A noção de Estado nascendo a partir da guerra amplia a visão sobre a forma que os conflitos primitivos foram travados e suas intenções. Estudos sobre o princípio da guerra indicam o seu início a partir do cerne familiar, onde a disputa pela sobrevivência e a procriação eram as principais causas de conflito. Passando pelas mudanças na cultura dessas sociedades, com o abandono da característica nômade, surge a fixação de grupos em determinadas porções de terra, culminando no surgimento da propriedade privada e consequente necessidade de proteção desses espaços. Nesse período feudal pode-se observar o surgimento da propriedade privada, onde a necessidade de proteção da propriedade e a autopreservação se torna crucial para sua sobrevivência e assim, continuação do crescimento da sociedade que se iniciavam e os conflitos gerados passavam a ter um caráter mais organizado. Com esse pensamento, o passo seguinte da evolução para a construção de um Estado se deu a partir de conflitos sofisticados, moldando assim as diversas questões que envolvem a guerra até os dias atuais. Entre os diversos temas abordados na história da guerra, a pergunta que persiste nos debates acadêmicos se concentra no porquê de o homem fazer guerra.

¹ Harry Holbert Turney-High (1946-1967), antropólogo norte-americano, que desenvolveu sua pesquisa sobre a civilização e as guerras. Autor de inúmeros artigos e livros, incluindo *Pimitive War: Its practice and concepts* (1953) e *The Military: The theory of land warfare as bahavioral Science* (1981).

Essa resposta poderia ser obtida a partir de estudos sobre a violência da humanidade, no qual a violência, a busca pelo pacifismo e pela cooperação presente nas diversas relações humanas é paradoxal a sua própria natureza. O pensamento da Escola Naturalista envolve o conceito do “indivíduo violento”, que busca explicar a natureza violenta da humanidade de forma biológica e/ou social. O principal eixo de pesquisa se concentra na relação da violência humana contra o seu semelhante, onde a noção de hereditariedade de funções² foi apresentada no encontro de naturalistas na Universidade de Sevilla³, demonstrando a condenação à violência ao seu semelhante de forma geral, como expresso em:

[...] eles consideram o comportamento violento seja como uma atividade aberrante em indivíduos defeituosos, seja como uma reação a tipos particulares de provocação ou estímulo, inferindo-se daí que, se esses gatilhos da violência poderá ser banida das relações humanas (KEEGAN, 2006, p. 113).

Outra Escola que busca explicar a natureza violenta humana é a Materialista, que busca entendê-la e explicá-la a partir das potencialidades do meio sobre o ser humano. Essa abordagem entra em discussão com os naturalistas por ser, de certa forma, otimista sobre o futuro da humanidade em relação aos conflitos e pela crença na total harmonia humana. Por outro lado, sendo mais pessimistas sobre as relações humanas em conflitos, compreendendo que a atuação de componentes externos irá alterar as atuações humana, ocasionando um estado de alerta contínuo. Em contraponto com as duas escolas anteriores, o Humanitarismo se tornou a visão mais disseminada e foi adicionada a um dos princípios para os assuntos internacionais desde então, sua visão busca compreender as relações humanas no nível mais pacífico para que desta forma a extinção da guerra seja feita em seu princípio.

[O] sucesso obtido pela humanidade ao longo dos dois últimos séculos na alteração para melhor das circunstâncias materiais da vida estimularia então o apoio à explicação de que uma continuação dos esforços que derrotaram amplamente a doença, a escassez, a ignorância e as durezas do trabalho manual possa eliminar também a guerra. (KEEGAN, 2006, p. 114)

² O termo “hereditariedade de funções” remete as funções que o ser humano moderno carrega dos seus antepassados primitivos, como o instinto de proteção, a percepção de insegurança constante e entre outros. Assim, a violência desempenhada pelo homem moderno traz consigo níveis de irracionalidade que acabam por perdurar nas diversas camadas sociais. (KEEGAN, 2006)

³ Em maio de 1986, na Espanha ocorreu a assinatura da Declaração de Sevilha sobre a violência, na qual foi adotada pela UNESCO na 25ª Sessão da Conferência Geral em 1989. Tendo como principal objetivo a discussão por meio de pesquisadores de diversas áreas do conhecimento para tratar sobre a questão da violência e da guerra, buscando questionar sobre as pesquisas biológicas que buscavam justificar o uso da violência e da guerra. Com isso, ocorre a assinatura de um Manifesto que explana que não é correta a utilização das teorias e informações científicas para justificar a violência pela medicina moderna. (Disponível em: www.comitepaz.org.br/sevilha.htm).

Partindo para uma perspectiva biológica, pesquisadores buscaram entender a natureza violenta da humanidade a partir de pesquisas sobre a “sede de agressão”, que pode ser compreendida na parte do cérebro que regula os níveis de agressividade, bem como os níveis hormonais. Os estudos efetuados a partir da biologia humana nos levam, também, a buscar a compreensão na psicologia sobre como a agressividade pode influenciar o homem nas tomadas de decisão, bem como em suas ações em meio a conflitos (KEEGAN, 2006).

Os estudos sobre agressividade apresentados por Freud (1856-1939) sugerem que um dos principais fatores para a destruição humana estaria na agressividade insana do homem, a qual seria dada por um impulso sexual que acabaria por desenvolver a agressão e conseqüentemente a destruição. Freud seguia a linha darwinista de pensamento como trazido por Canavêz (2014): “Freud se apoia no mito darwinista das origens, segundo o qual teria existido uma horda primitiva governada por um pai detentor de plenos poderes e, por conseguinte, o único possuidor do livre acesso às fêmeas” (CANAVÊZ, 2014, s.p.) Esse pensamento envolveria a situação de submissão da mulher ou da fêmea – com os demais homens –, gerando, assim, a violência.

A posição de Freud sobre a mulher em relação à agressividade retoma a ideia da construção patriarcal dos Estados e assim suas formas de conduta que elevariam as relações de submissão das mulheres para outros níveis sociais. Sua premissa de construção da sociedade moderna está pautada na “(...) ruptura violenta com a onipotência da força do **um** e pela constituição correlata da **multiplicidade** de forças, que passariam então a se confrontar em posição de igualdade” (BIRMAN apud CANAVÊS, 2014, s.p., grifos do autor). Desta forma, as relações humanas seriam efetuadas a partir de preceitos de cooperação e igualdade, que influenciariam em todas as formas de negociação, bem como nos conflitos travados no mundo.

Se existissem diferenças **naturais**, a guerra seria pacificada, ao passo que, dada a indiferenciação, todos são inimigos de todos e tendem ao confronto. É interessante notar que a proposição de Birman (2010) coloca em evidência a ideia da instauração de uma guerra decorrente da igualdade, presente, por exemplo, na análise de Michel Foucault sobre o discurso de Hobbes, que seria marcado pela guerra como “efeito imediato de uma não-diferença ou, em todo caso, de diferenças insuficientes” (CANAVÊS, 2014, s.p.).

Com isso, a problemática da violência em Freud traz consigo diversas contribuições de escritores contemporâneos à sua época (Foucault), fazendo com que as suas construções sobre a sociedade moderna, o Estado moderno e como isso impactaria nas relações humanas fossem imprescindíveis. Em relação à guerra, Freud viveu o período da Primeira Guerra Mundial e em seu livro “Reflexões em tempo de Guerra e de Morte” (1915) expressa sua desilusão sobre a

vida e questionamentos sobre a morte, que o levaram a analisar as situações de guerra partindo de subjeções efetuadas pelas teorias para danos mínimos em guerra.

Freud comenta o dismantelamento da crença na neutralização da força depositada nas sociedades ditas civilizadas, pois a guerra mostrara não apenas que seria um mal necessário, mas também que fora colocada em prática de maneira extremamente cruel, saindo do prumo do curso do “desenvolvimento de relações éticas entre os componentes coletivos da humanidade” (CANAVÊS, 2014, s.p).

Nesta fase, Freud começava a escrever sobre a violência não somente no indivíduo, mas passa para a visão macro da sociedade e em seu representante maior do contrato social firmado: Estado. O Estado não seria somente o modelador das formas de viver da sociedade, mas também teria o monopólio da violência. Freud entrava em uma discussão sobre a hipocrisia do Estado em regular a vida do indivíduo e assim, a sociedade, sendo que se utilizava dos meios que repudiava para se promover e manter sua soberania.

[...] longe de se apresentar como um homem civilizado, o moderno não passa de um “hipócrito cultural” (Freud, 1915/1974d, p. 321), que tem no Estado o mais fiel representante de sua hipocrisia: em tempos de paz, preconiza a renúncia da violência, enquanto em tempos de guerra nada mais faz do que incitá-la (CANAVÊS, 2014, s.p.).

A atuação do Estado como agente da violência evidencia a natureza de sua estruturação, em meio à necessidade de proteção e preservação dos bens, o contrato social firmado para o fim da *barbárie*, pode ser contestado a partir de sua interação entre o homem e a guerra. Sendo a atuação do Estado a do indivíduo, a utilização de meios em suas relações externas que repudia e combate na esfera social para manter sua soberania e a garantia de seus meios de produção revela a profunda relação entre a violência do Estado no indivíduo e vice-versa. Dentro desse contexto de atuação estatal por meio da garantia de sua soberania, diversos teóricos militares Tucídides, Carl Clauzewitz (1936), Antonie-Henri Jomini (1996) John Keegan (2006) viram o perigo da violência feita nas guerras, e assim, a necessidade de leis, teorias e manuais para regular as ações feitas em meios aos conflitos.

2.1 Teorias de Guerra

Pelo caráter de insegurança constante no Sistema Internacional e por seu aspecto anárquico⁴, a atuação dos atores em meio a esse cenário se concentra em sua forma geral na necessidade da ocorrência do equilíbrio de poder, gerando políticas internas e internacionais baseadas na busca pela manutenção do *status quo* e sua autopreservação. A visão realista⁵ do Sistema Internacional concentra-se principalmente na atuação dos Estados como ponto central de seus mecanismos de atuação para manter sua soberania perante os outros Estados. A violência e a insegurança podem ser vistas como fatores constantes desta teoria, cujo principal objetivo é manter a sobrevivência dos Estados em meio a um Sistema sistematicamente hostil, onde a guerra e o uso da força são as principais problemáticas, levantadas por teóricos realistas tradicionais são H. Morgenthau (2003), E. H. Carr (2001), Kenneth N. Waltz (2004).

Sendo a guerra à forma mais ativa do realismo no Sistema Internacional, seu estudo é de importância ímpar para entendermos como ela poderá modelar e modificar a dinâmica internacional desde a construção das sociedades. O primeiro teórico que relatou de forma detalhada esse uso da força estatal, e acabou por contribuir para a construção das teorias realistas foi Tucídides, com seus estudos sobre a Guerra do Peloponeso (431-404 a.C). Sua narrativa sobre a guerra entre Atenas e Esparta, no século V a.C, ocorrida pelo desequilíbrio de poder aferido por Atenas, que possuía grande atuação comercial e marítima superava a das outras cidades-estados gregas, uma vez que essa hegemonia transparecia em suas relações políticas, fazendo com que Esparta aprovasse a guerra contra Atenas, ao perceber a desvantagem e o desbalanceamento do poder na Grécia (NYE, 2009).

A guerra eclodiu em 431 a.C, tendo duas fases: a primeira terminou com um empate, mediante uma Declaração de Paz que duraria dez anos (421 a.C). Porém, pela fragilidade do acordo, em 413 a.C a segunda fase da guerra se iniciou. Atenas possuía a necessidade de se firmar como a maior cidade-estado grega, pelo orgulho do seu sistema social, bem como sua busca pela grandeza imperial, porém Esparta possuía uma tradição militar em sua fundação, fazendo com que a guerra fosse seu principal “produto de venda e compra”. Atenas não teve

⁴ O conceito de anarquia do sistema internacional remete a anarquia no sentido que não há uma autoridade central superior no sistema. Essa premissa é um princípio ordenador do sistema internacional na visão realista, na qual os principais autores realistas são H. Morgenthau (2003), E. H. Carr (2001), Kenneth N. Waltz (2004) e Joseph S. Nye Jr (2009) (CASTRO, 2012).

⁵ A teoria Realista nas Relações Internacionais tem como premissa principal se concentra na sobrevivência do Estado em meio à anarquia do sistema internacional, no qual o princípio de balanceamento de poder e a constante insegurança que configura o sistema implicam na necessidade da maximização do poder com atuação principal do Estado. Assim, a visão realista por seu estadocentrismo é dominante no pensamento da política internacional até meados da final do século XX, passando por um processo de questionamentos e mudanças na sua estruturação (CASTRO, 2012).

como deter o poderio das infantarias espartanas ocorrendo, em 410 a.C a solicitação de paz e com ela a ruína de Atenas, que já estava dividida e perdeu sua hegemonia.

A forma realista nesta guerra pode ser vista com os dilemas de segurança que acabaram por desencadear o conflito. A insegurança vista pelo desequilíbrio de poder tornou a guerra inevitável e iminente e Tucídides aponta que “[...] a crença geral era de que, acontecesse o que acontecesse, a guerra com os peloponesos estava fadada a acontecer” (TUCIDIDES apud NYE, 2009, p. 21). Esta afirmação pode ser reforçada pelo Dilema do Prisioneiro, segundo o qual com a configuração anárquica do sistema a “[...] ação independente promovida por um estado para aumentar sua força pode tornar todos os estados mais inseguros” (NYE, 2009, p. 19), fazendo com que o resultado desse desequilíbrio fosse a falta de cooperação e a maior sensação de hostilidade, desencadeando o último recurso utilizado para manter sua posição no sistema.

O segundo teórico, pode ser considerado do período clássico, por sua obra ser situada no começo do século XIX, onde as diversas mudanças estruturais ocorridas na Europa desempenharam um papel crucial para as modificações ocorridas nos exércitos e na sua atuação no campo de batalha. Carl Phillip Gottlieb Von Clausewitz (1780-1831) foi um teórico e militar prussiano que atuou como general no exército prussiano em todas as batalhas empenhadas na Revolução Francesa (1789) e nas Guerras Napoleônicas (1792-1815). Sua experiência nos acontecimentos mais importantes na Europa do século XIX contribuiu para que sua obra servisse de base para as teorias modernas e para entender os processos pelos quais as formas que as guerras se configuram a partir do século XX (PROENÇA JR; DINIZ; RAZA, 1999).

Nos acontecimentos posteriores à Era Napoleônica, a Europa passou por um processo de restauração da política anterior às investidas de Napoleão Bonaparte. Ocorreu, desta forma, a assinatura do Congresso de Viena (1815), que tinha como objetivo principal a redefinição das fronteiras europeias, a restauração das monarquias absolutistas e um intenso combate aos ideais liberais e aos movimentos revolucionários que tomavam força na Europa. As transformações políticas e sociais que a Europa vivenciava, contribuíram para que as questões militares fossem novamente o centro das discussões internacionais, incluso nas pautas militares o nacionalismo e o patriotismo, que seriam predominantes nestas instituições. Clausewitz escreveu *Da Guerra*, em meio à derrota prussiana de 1806, observando o impacto de um indivíduo em toda a remodelagem da Europa. Sua constante pergunta para desenvolver seus estudos era sobre em que consistia a teoria da guerra e como ela poderia influenciar as ações no campo de batalha.

Em busca destas respostas, Clausewitz foi minucioso em seu estudo, refazendo diversas vezes seus textos, para que fossem úteis à utilização no campo e não ficassem somente nas áreas intelectuais clássicas, voltadas à política. Sua escrita era dinâmica como a História, onde suas

diversas interpretações levariam a um processo moral e físico da guerra. A teoria clausewitiana se baseava no “[...] absoluto da violência da própria guerra” (PROENÇA JR; DINIZ; RAZA, 1999, p. 74). A lógica da violência extrema, na qual se fundava a guerra, seria ilimitada, elevando assim a necessidade de controle, limitação e diminuição de sua área de atuação. A construção de uma teoria para Clausewitz teria que ser tanto abrangente como aplicável, desta forma suas pesquisas se concentraram no fator da não limitação da violência, nas quais obteve os seguintes resultados:

[...] o desdobramento lógico do conceito da guerra(..) não admitia qualquer moderação, e levava a um extremo de violência, a guerra absoluta;
 [...] as guerras, na prática, eram limitadas ou ilimitadas, jamais absolutas;
 [...] isto se devia à assimetria entre ataque e defesa; às dificuldades intrínsecas de qualquer ação na guerra: o somatório de dúvida, desgastes, cansaço, medo, erros e acidentes (...). A partir destes fatores limitadores, tornava-se necessário que a política retomassem o controle da guerra em todo o seu desenrolar, tornando-as limitadas ou ilimitadas, jamais absolutas;
 [...] a guerra era instrumento da política e não tinha sentido fora do mundo político (PROENÇA JR; DINIZ; RAZA, 1999, p. 74-75).

A reformulação de sua obra a partir dessas reflexões nunca foi concluída, pois Clausewitz morreu em 1831, deixando suas anotações para sua esposa Marie von Clausewitz que as organizou e publicou em 1832. Sua obra complexa por estar inacabada, não traz uma linha analítica de forma linear, porém trouxe grandes contribuições para a formulação de uma “teoria de conduta da guerra” (SILVA, 2003, p. 40).

Inicialmente é necessário conceituar a guerra a partir de “[...] um ato de violência destinado a obrigar o inimigo a fazer a nossa vontade” (CLAUSEWITZ, s.d., p. 94). Este conceito se desdobra no que ele chama de “as três interações”, onde a violência extrema seria levada neste contexto de guerra:

- a primeira interação é *do uso da força sem constrangimentos*, ocorreria uma vantagem sobre o inimigo, fazendo com que fosse necessário ocorrer uma limitação do uso da força. A violência empenhada de forma desequilibrada poderia acarretar um uso excessivo de um lado e a assimetria entre as partes seria inevitável, ocorrendo assim uma perda da moderação nos conflitos;
- a segunda interação é o *objetivo da guerra*, sendo o de dismantelar o inimigo. Ao desarmar o inimigo, o empenho na guerra passa a ter garantias de sucesso antes não certas, esse pensamento eleva o uso da força na qual, priva o inimigo de se defender e implicaria na violência desenfreada;

- a terceira interação é que a *guerra demandaria o uso de todos os meios disponíveis* para a ocorrência de seu resultado. Neste ponto, o uso da violência extrema como fator de proteção, elevaria a guerra ao nível absoluto. (PROENÇA JR; DINIZ; RAZA, 1999)

A guerra, portanto, pode ser considerada um ato de força determinante e o efeito causado no inimigo e sua reação teriam que ser moderadas, para que, ao mesmo tempo não ocorresse o uso máximo da força e suas interações ocorressem de forma equilibrada. Essas considerações podem ser feitas partindo do pressuposto que Clausewitz trazia para suas pesquisas o estudo histórico em conjunto com o teórico, fazendo com que, a ocorrência de guerras com violências absolutas e extremas não fosse reais, por seu fim se dar antes de atingir esse níveis de extrema violência.

[...] nunca eram um ato isolado de pura força;
 [...] nunca consistiam em um único espasmo de extrema violência;
 [...] seu resultado nunca era final, pois terminavam antes do desarmamento completo de um dos lados (PROENÇA JR; DINIZ; RAZA, 1999, p. 77-78).

As diferenças entre a guerra conceitual e a histórica, permeiam toda a teoria clausewitziana. Este fator paradoxal entre o teórico e o real consegue desdobrar o conceito a partir dos fatos e assim, retirar da zona tradicional as questões de guerra. Nisto, a questão da violência extrema proferida em meio aos conflitos pode ser investigada mais a fundo. Em consonância com a necessidade de moderação em meio ao campo de batalha, a guerra pode ser considerada como “[...] uma forma de intercuro humano, ‘parte da existência social do homem’, como o comércio ou a política, mas, de forma distinta destes, resolvia-se pelo derramamento de sangue” (STRACHAN, 2007, p. 140).

O entendimento de que a violência extrema não ocorreria, pode ser explicado a partir da perspectiva de que a guerra está interligada à política e à sociedade. E essa interligação pode ser vista em sua célebre frase “a guerra é meramente a continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ apud SILVA, 2003, p. 44). Nesta frase, a guerra pode ser vista como um instrumento para que a política – o Estado – consiga seus objetivos por meios mais altivos (por meio da força). A conquista de impérios efetuada por Alexandre, o Grande na Mesopotâmia, Kublai Kan na Ásia entre outros, demonstra que a utilização da força como meio de conquista de poder e hegemonia, se dá através de forças além da sobrevivência.

[...] nenhuma outra mobilização social comporta o elemento da violência como a guerra e, por isto, os demais aspectos da vida em sociedade com ela conflitam. O único

fator da vida social que se resolve esta contradição é a política, cuja essência é a luta pelo poder e da qual a guerra é um aspecto totalmente dependente (SILVA, 2003, p. 68).

Em suma, a teoria clausewitziana traz consigo diversas interpelações para a ocorrência de uma guerra moderada, na qual a “trindade paradoxal” ou “notável trindade” em que a guerra pode ser composta por um governo, forças armadas e pelo povo, sustenta a ideia de que a guerra é vinculada à sociedade de tal forma que pode ser constituída por três grandes forças:

[...] a violência, o acaso e a instrumentalidade, forças que se aplicam cada qual sobre seu agente: a violência da guerra atua por meio da população, o acaso por meio do objeto militar propriamente dito (as forças armadas e seu comandante) e a instrumentalidade se expressa por meio do poder ao qual a guerra está a serviço (o governo ou Estado) (SILVA, 2003, p. 74).

Explica-se, assim, a complexidade da guerra, ou seja, por ser parte do homem e do “povo”, torna a teoria singular por incluir a complexidade humana e não somente as decisões em nível estatal.

Outro teórico clássico de guerra é Antonie-Henri Jomini (1777-1869), contemporâneo de Clausewitz e que faz contrapontos à sua obra. Era intérprete de Napoleão Bonaparte, estudioso sobre as questões de tática, estratégia e logística, trazendo para o sistema teórico a exemplificação da tradição militar por meio dos feitos de Napoleão Bonaparte e Frederico, o Grande. Jomini entendia que “[...] o mundo militar era a expressão de uma vontade articulada de um grande líder, aplicada num mundo militar distante e separado do mundo em geral” (PROENÇA JR; DINIZ; RAZA, 1999, p. 57). Essa concepção levava à crença de que “[...] a vitória era possível a qualquer um com grandeza” (PROENÇA JR; DINIZ; RAZA, 1999, p. 57), desde que suas ações fossem apoiadas a partir dos “Princípios Universais da Guerra”, pelos quais seria desenvolvida toda a sua teoria.

Sua obra, “Sumário da Arte da Guerra”, tentava resumir e centralizar suas ideias para a obtenção da vitória em uma guerra. Suas formulações claras e simples para compor sua teoria, podem ser entendidas como algoritmias e exatas, não levando em consideração as diversas modelagens de conflitos. Seu modelo estava pautado na atuação de Napoleão e conduzia todo seu estudo.

[...] a abordagem de Jomini era, porém, exatamente aquilo que ele negava. Apesar de constituída a partir de princípios, seu objetivo explícito era o de uma prescrição da sua superioridade do verdadeiro “sistema” da arte militar. Todo saber necessário para a vitória podia ser encontrado em Napoleão, espelhando os princípios universais eternos; e estes podiam ser expressos em uma quantidade restrita de enunciações

claras e simples, abarcadas pela obra de Jomini (PROENÇA JR; DINIZ; RAZA, 1999, p. 60).

Assim, a teoria jominiana era centrada em dois pontos: o alicerce da guerra é a estratégia; e, a estratégia é controlada por fundamentos científicos universais. Esses dois princípios levaram a concluir que uma ação ofensiva, atacando de forma maciça as forças mais frágeis do inimigo, em seu ponto decisivo, levaria à vitória. Estes princípios foram formulados a partir de investigações históricas para sustentar sua tese, nisto Jomini acreditava que desde a época renascentista a arte da guerra esteve em constante mudança e, as mudanças em logísticas, táticas e as circunstâncias dos conflitos eram irrelevantes, pois seus princípios eram mantidos.

A arte da guerra de Jomini era dividida em seis categorias principais: estratégia, logística, grande tática, pequena tática, engenharia e a relação entre o estadista e a guerra. Alguns destes princípios permaneceram, outros passaram por reformulações modernas, porém sua essência persiste. No que tange ao fator de formas de ofensiva, concentração de forças e a escolha do ponto decisivo, sua configuração era do centro para fora, formando assim uma zona de delimitadoras que era fundamental para sua estratégia. A partir disso, é vista a primeira divisão entre estratégia e táticas de guerra, onde a identificação dos meios que o inimigo possuía, bem como seus métodos, levaria à localização das zonas principais do inimigo, para que assim ocorresse a sua derrota (SILVA, 2003).

Com relação à política, Jomini considerava a guerra como parte da Grande Política, onde “[...] a política entra em todas as combinações que podem levar a uma guerra, e tem uma conexão com as várias operações a serem levadas adiante durante a guerra” (JOMINI apud SILVA, 2003, p. 34). Em sua obra, Jomini eleva o aspecto militar do homem para o Estado, surgindo o “homem de Estado”, e, as questões relacionadas ao conceito público da guerra passam a ser efetivadas nas questões políticas:

[...] cabe os destinos de uma nação para julgar a necessidade e a conveniência de uma guerra e, se necessário, determinar as operações militares no intuito de atingir os objectivos determinados em nome do superior interesse nacional. Define que as razões para começar uma guerra podem ser múltiplas, contudo e uma vez decidida a necessidade e a declaração da guerra, as operações militares a adoptar podem diferir grandemente segundo os objectivos a atingir (BERNARDINO, 2012, s.p.).

Assim sendo, a teoria de Jomini sobre a guerra elencou um novo modelo baseado em noções racionais e analíticas, que podem orientar as estratégias dos Estados partindo do planejamento e da conduta militar. Sua experiência durante a Revolução Francesa contribuiu para que sua obra tivesse maior divulgação, democratizando o conhecimento militar e

facilitando o entendimento das táticas e estratégias em todo o mundo. (BERNARDINO, 2012). As adoções dos princípios de guerra bem como suas linhas de operação atribuíram ao Estado o fator determinante pra o sucesso nas operações, fazendo com que as estratégias de ofensiva se atualizassem com o passar do tempo.

Passados os autores clássicos de guerra, introduziremos os conceitos abordados por autores contemporâneos os quais viam a configuração do mundo como um todo. A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, onde a modificação do Sistema Internacional, com a bipolarização do mundo na chamada Guerra Fria, trouxe importantes modificações para as Relações Internacionais, bem como para as demais áreas de conhecimento. Seguindo esse pensamento, John Keegan, na obra “Uma história de guerra” (2006), traz para as teorias de guerra um novo conceito, não baseado na guerra como um instrumento da política (Jomini), ou na guerra como sendo a continuação da política (Clausewitz), mas segundo o qual, a guerra e a sociedade possuem um histórico que as entrelaçam em sua formação. Sua teoria se concentra na perspectiva cultural, e em como a cultura pode impactar na guerra. De acordo com Keegan, “[...] para nós, a cultura parece ser a grande determinante de como os seres humanos se comportam; nos inexoráveis debates acadêmicos entre a “natureza e cultura”, é a escola da cultura que obtém mais apoio dos espectadores” (2006, p. 19).

Em seus estudos acerca dos “Primórdios da Guerra”, Keegan busca explorar onde a história da guerra e do homem se encontram. Nisto, afirma que “[...] a história da guerra começa com a escrita, mas sua pré-história não pode ser ignorada” (2006, p. 160). Nesta frase é possível observar que a guerra existe para além do Estado ou de suas organizações sociais, mas que o fator de sobrevivência incluído na evolução humana coloca a necessidade de proteção como fator crucial para a consolidação do homem na cadeia animal. Com este sentido de sobrevivência, a pergunta que permeia as questões antropológicas envolvendo o homem pré-histórico é se ele era violento com o seu semelhante. Essas questões servem para grandes discussões em desenvolvimento na academia⁶, porém um ponto colocado como um fator determinante para as mudanças comportamentais do homem pré-histórico é a diferenciação dos papéis sociais entre homens e mulheres, e posteriormente o surgimento da unidade familiar.

[...] os laços entre eles ainda não tinham sido rompidos e o homem ainda se sentia próximo as feras que viviam em torno dele, que matavam e se alimentavam como ele

⁶ TURNEY-HIGH, Harry Holbert. **Pimitive War: Its practice and concepts**. South Carolina: University of South Carolina Press; 2ª edição, 1991.

GORDON, Flávio. Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política. **Mana**. 2006, vol.12, n.2, pp. 524-527. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132006000200012>>. Acesso em: 09 de setembro de 2016.

[...] deles ainda retinha todas as faculdades que a civilização embotou-ação rápida e sentidos altamente treinados da visão, da audição e do olfato, resistência física em grau extremo, um conhecimento detalhado, preciso das qualidades e hábitos dos animais de caça e grande habilidade no uso eficaz das armas rudimentares disponíveis (BREUIL; LAUTIER apud KEEGAN, 2006, p. 163-164).

A forma como a natureza do ser humano e do animal é próxima, nos deixa clara a concentração das qualidades apontadas por Breuil e Lautier (2006) como modelos a serem implantados nos soldados modernos. As propensões da civilização a moldar os aspectos da guerra levam à observação da socialização da humanidade a partir da violência ou de seu instinto de sobrevivência. Esta concepção pode ser vista no trecho a seguir:

[...] somos animais culturais e é a riqueza de nossa cultura que nos permite aceitar nossa indiscutível potencialidade para a violência, mas também acreditar que sua expressão é uma aberração cultural. As lições da história nos advertem que os Estados em que vivemos suas instituições, até mesmo suas leis, chegaram-no por meio de conflitos, amiúde do tipo mais sangrento (KEEGAN, 2006, p. 19).

Keegan, como historiador e militar, busca compreender como a cultura fomenta a formação da guerra, bem como seu fim se daria. Em “As leis e o fim da Guerra”, as colocações feitas a partir do final da Segunda Guerra Mundial trazem para o debate a propensão do homem à violência extrema, esta sendo representada pelas armas nucleares. A busca pela modernização das armas militares, das táticas de guerra e da ocidentalização dos novos Estados asiáticos e africanos, fez com que ocorresse uma inclusão cultural em meio ao um conflito ideológico iniciado a partir de 1965. Desde a ascensão das armas nucleares em meio à guerra, com a apresentação de seus resultados em Hiroshima e Nagasaki, a necessidade de “[...] avaliar a natureza do pesadelo que criaram para si mesmo” (2006, p. 486) era determinante para a sobrevivência do homem.

A partir do dilema nuclear implantado no mundo pós-Guerra Fria ascenderam as noções de limitação de poder, de forma que a “hostilidade internacional em que o dano possível estava limitado ao provocado pelo poder do musculo humano e animal, via um interlúdio em que a energia química suplantou e intensificou esse poder” (KEEGAN, 2006, p. 486). As teorias militares até então vigentes proporcionavam a prática da hostilidade de forma deliberativa, o que leva Keegan a questionar como a guerra pode ser a continuação da política, se esta deveria promover o bem-estar das instituições políticas, bem como da sociedade. Diversos acadêmicos e militares buscaram responder esse questionamento a partir da lógica de Clausewitz, se as armas nucleares poderiam ser utilizadas como forma de barganha para neutralizar o inimigo,

ou como forma de dissuasão para justificar a existência da utilização dessas armas no meio militar.

Seguindo o pensamento sobre capacidade de destruição humana total, Keegan aponta que o homem sempre via a necessidade de restringir à guerra. Essas restrições eram efetuadas mediante leis que justificavam se era justa ou injusta (*ius ad bellum*) e o que era admissível na guerra (*ius in bello*). A noção de guerra justa e injusta data do Mundo Antigo onde “[...] era assim reconhecida simplesmente se o Estado ou seus dirigentes sofressem insulto ou ferimento” (KEEGAN, 2006, p. 487). Nesta época, Santo Agostinho (354-430) buscava argumentos teológicos para reforçar a participação do homem na guerra, sem o medo do pecado “[...] desde que a causa fosse justa, fosse travada com a ‘intenção correta’ – alcançar o bem ou afastar o mal – e sob o comando de autoridades constituídas” (KEEGAN, 2006, p. 488).

Por fim, a ideia de que a guerra e a história da humanidade são concomitantes pode ser afirmada como fator de formação dos Estados, na qual as conquistas territoriais, por lutas de independência e por guerras civis, empenhadas pelas ações do “homens de violência”, que utilizando da violência para colocar em prática seus objetivos, e posteriormente refletindo no objetivo de formação de Estado. Keegan é enfático ao expor que “[...] a cultura é um fator determinante fundamental da natureza da guerra” (KEEGAN, 2006, p. 494), baseando-se nos combates desempenhados na Ásia, que possuíam características distintas das ocidentais, o que modificava suas táticas, estratégias, o sentido da luta e traziam consigo rituais a serem respeitados durante as batalhas. Assim, Keegan é categórico ao afirmar que “[...] a política deve continuar; a guerra não” (KEEGAN, 2006, p. 499), pois somente com um senso de pacificação, e de cooperação que o homem manterá a paz no mundo.

2.2 As relações de poder e sua influência na guerra.

As relações sociais representam um fator predominante que será o ponto chave para a exposição neste subcapítulo. O poder como ponto central das relações sociais possui na política uma associação com a força, de forma que esta pode ser coercitiva – a imposição da força de forma unilateral – ou pode ser dada pela dinâmica de micro relações. O entendimento de Foucault que as relações de poder podem ser efetuadas em formas sociais, retira o fator distante que permeia as questões políticas da sociedade. Essa dinâmica do poder na sociedade pode ser vista do ponto histórico da construção das sociedade, bem como do Estado-nação que “[...] tomaram impulso sobre um fundo de multiplicidade de poderes preexistentes e, até certo ponto, contra eles: poderes densos, intrincados, conflituosos, ligados à dominação direta ou indireta

sobre a terra, à posse de armas, à servidão, aos laços de suzerania e vassalagem” (FOUCAULT, 1999, p. 84).

Desta forma, a partir de uma noção de Estado pré-moldada pelas noções jurídicas, o homem passa a ter diversos níveis de relações de poder, que acabaram legitimando as ações por parte dos Estados, como expresso em: “A violência do estabelecimento do poder monárquico, seus começos pouco gloriosos ficariam ocultos pelo discurso grandiloquente do direito e seu esforço em demonstrar a força e justiça do soberano” (RODRIGUES, 2008, p. 233). As questões jurídicas elencadas como forma de legitimar o uso do poder, colocariam o Estado em posição de dominador das relações sociais, no qual a soberania, pela forma da conquista justificaria a fixação de leis limitadoras em diversos níveis sociais. Em questões de guerra e paz, o Estado seria o mediador dos conflitos internos e externos aplicando

[...] uma justiça que faria parar a guerra, a discórdia intestina, inaugurando uma era de paz civil. Desse modo, o discurso jurídico-político foi construído como o legitimador do poder monárquico e de sua consagração como a força que poderia impor a paz e garanti-la, instaurando o espaço político como um ambiente de paz (RODRIGUES, 2008, p. 233).

A partir das novas dinâmicas do poder, as quais Foucault chama de sociedade disciplinar, as relações de poder passam para um novo patamar não respaldado apenas pela política-jurídica, mas por todas as relações sociais existentes. Com isso, o poder não seria restrito ao Estado para legitimar sua soberania, mas sim “[...] como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessam todo o corpo social” (FOUCAULT, 1999, p. 99). Assim, as relações de poder passariam a ser presentes em todos os formatos sociais, sendo compreendidos como onipresentes por Foucault, trazendo para debate que o Estado não podendo mais monopolizar o poder, outros atores com impar importância nas relações sociais passariam a forçar o poder no conjunto social, com o comércio e política:

[...] em todo caso, Foucault alerta que “o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica numa sociedade determinada” (idem: idem) [FOUCAULT apud RODRIGUES, 2006, p.236]). O poder não seria nunca sinônimo do Estado, tampouco um monopólio do Estado, de um grupo ou de alguém. O poder não era, para Foucault, um bem, mas uma relação estratégica. Por isso, Foucault defendia a urgência em deixar de pensar o poder como algo que se detivesse, que alguém acumulasse em detrimento de outros despossuídos (RODRIGUES, 2008, p. 237).

A noção da relação do poder com a lógica econômica pode levar à paridade entre as relações de comércio de bens, como uma forma do Estado ceder uma parcela do poder para indivíduos que manterão as relações das lógicas sociais, criadas para manutenção da ordem civil. As teorias marxistas visualizam essa lógica a partir da noção da luta de classes, onde as dominações de produção somente poderão ser vencidas com a mudança da atuação do Estado nos níveis sociais. Essa noção marxista pode ser atrelada à visão da utilização da força como motor para mudanças de conduta. As relações de poder poderiam exercer diversas formas e formatos para conseguir o objetivo desejado. Nesta fase, o poder “permaneceria vinculado a uma fonte – Estado, classe ou grupo dominante – que o aplicaria em nome de interesses claramente identificados e sempre sob o signo da exclusiva submissão” (RODRIGUES, 2008, p. 238). Assim sendo, as formas de dominação passariam a “[...] relações microscópicas que poderiam ser colonizadas pelas instituições, sendo guindadas à posição de mecanismos mais amplos de governo” (RODRIGUES, 2008, p. 238).

A partir disso, as relações de poder passariam a ser mais delicadas, onde as estratégias de dominação pelos Estados não caberiam mais pelo fato de que o poder seria constituído da base, sem uma divisão de dominação. É necessário compreender que para Foucault o poder é constituído de diversas formas, onde a sua atuação pode ser exercida em diversos âmbitos sociais, gerando efeitos em cadeia e assim chegando às instituições. No que tange à guerra, a análise do poder seria efetuada a partir da estrutura de guerra-repressão, que entra como contraponto a visão jurídico-política por se opor ao que é legítimo e ilegítimo, voltando as relações de poder para um patamar de luta e submissão. Foucault entende que essa análise está baseada nas questões de força em nível bélico, podendo ser explicada a partir da “hipótese de Nietzsche”,

[...] nessa hipótese, o poder é uma energia concreta, politicamente intencionada, aplicada incessantemente nas relações entre os homens, que não se possui ou represa e que produz infindáveis pontos de resistência onde se queira conduzir condutas. Esse esquema baseado na noção de poder produtivo não percebe a possibilidade de uma pacificação vinda de cima, do Estado e da lei; uma suspensão das batalhas e da guerra pela instauração do direito. Ao contrário, implica numa noção de relações de poder como guerra, enfrentamento, disputa. O jogo permanente entre poder e resistências faz da vida social um combate infindável, que atravessa todo o corpo social, das infinitesimais capilaridades dos mecanismos de poder aos dispositivos globais de governamentalidade (RODRIGUES, 2008, p. 243).

Assim, as cicatrizes deixadas nas vidas das pessoas reforçam as relações de força que compõem a sociedade: a luta, as tentativas de governo e a rebeldia. As relações de violência seriam definitivas para a vitória ou derrota, sendo utilizadas pelo indivíduo como respostas de

ação e reação sobre o potencial de liberdade. As atuações nas relações de poder só podem ser feitas por “sujeitos livres”, por entender que somente o indivíduo ou seu coletivo podem exercer as possibilidades de conduta, reações e os modos comportamentais em seu meio. Como sendo o objetivo central dos conflitos a governança, as condutas do indivíduo seriam feitas “[...] desde que não se trate de uma luta de morte, a fixação de uma relação de poder constitui um alvo” (FOUCAULT, 1995, p. 248). Porém, as ações de violência levam a uma reação de confronto na qual a resistência e a subversão são articuladas para não ocorrer uma relação de submissão, e, portanto, a violência tende a ser a prática constante nas divergências, elevando o nível de brutalidade e extermínio para alcançar a vitória.

As *situações de estratégias*, de Foucault, podem ser entendidas como sendo o “[...] motivo imperioso da luta, do combate pela liberdade e por si, ou pelo objetivo de conduzir a conduta do outro” (RODRIGUES, 2008, p. 244), e dividido em três sentidos: o primeiro remete à etimologia da palavra estratégia, que sinaliza a noção de poder na batalha; a segunda sendo a escolha dos meios pelo quais o objetivo será alcançado e, por último, os meios de combate para reduzir ou anular o inimigo. Pode ser chamado como “estratégias de poder”, onde o “conjunto dos meios operados para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder” (FOUCAULT apud RODRIGUES, 2008, p. 245) e as “estratégias de confronto” sendo as formas de resistência em combates. Seu estudo sobre as relações de poder, o levou a refletir sobre a repressão e a negatividade por traz das histórias de guerra, bem como como as teorias de soberania eram utilizadas para garantir a resistência e perpetuar o ciclo de lutas.

[...] o estudo das relações de poder, nesse sentido, deveria caminhar para a análise das relações de força e de como se articulam táticas e estratégias nesse enfrentamento interminável que se dá em torno da questão do governo dos homens. Para Foucault, o estudo das relações de poder permanece limitado ao esquema da teoria da soberania (RODRIGUES, 2008, p. 246).

Por conseguinte, o poder não sendo somente uma expressão repressiva, a luta pode ser analisada como uma forma de coesão, e sobre a qual Rodrigues (2008) faz uma associação com o que é trazido por Clausewitz. Sendo o poder não somente uma forma de repressão, sua formatação na guerra poderia ser a continuação da política por outros meios.

[...] a política é o próprio “nexo social” – conjunto de relações de poder que não se circunscreve ao Estado, mas atravessa cada minúcia e cada grande estratégia de governo –, Foucault encontra-se em posição de inverter a proposição de Clausewitz afirmando que “a política é a guerra continuada por outros meios” (RODRIGUES, 2008, p. 247).

Ao trazer essa assimilação entre a noção de Clausewitz e Foucault sobre a política como a guerra, poderia acarretar nas suposições de que “[...] admitir que o poder político não seria sinônimo de paz, mas o prolongamento das relações de força manifestadas na guerra” (RODRIGUES, 2008, p. 247). Desta forma, o poder seria constituído a partir das guerras, expressando o fator de conquista e submissão, para forjar um poderio de mecanismos de poder, nos quais teriam por objetivo manutenção da situação de soberania, legitimar o poder sobre o alvo. Assim, para Foucault as relações de poder tem como principal objetivo:

“teria como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros” (2002: 23). A política ao ser instaurada não significa a suspensão da guerra e seus efeitos, mas a “sanção e a recondução do desequilíbrio das forças manifestado na guerra” (FOUCAULT apud RODRIGUES, 2008, p. 247).

Desta forma, a guerra não possuindo mecanismos do Estado para ser evitada, a política passaria a ser o fator principal para as modificações nas relações de poder. A ausência da política como um instrumento de mediação em conflitos elevaria a sensação de insegurança causada em meio ao sistema hostil que a humanidade é inserida. As lutas pela paz e pela cooperação seriam na verdade “[...] a continuação da história da guerra” (RODRIGUES, 2008, p. 248), onde a política e seus mecanismos seriam o resultado da guerra, na qual a força determinaria a posição de subordinação entre os indivíduos e o governo. Da mesma forma que a política teria como mecanismo principal a mediação, a presença desta característica clausewitziana daria lugar a uma concepção de guerra constante, elencando as perspectivas de insegurança e necessidade de proteção para manutenção do *status quo*.

3 A TEORIA FEMINISTA NA SEGURANÇA INTERNACIONAL

Desde os primórdios da organização social humana, as relações de poder se fazem presentes na construção da sociedade civil. Essas relações surgem firmadas na dominação do homem sobre a mulher, colocando-a em lugar de submissão e, como primeira demonstração de dominação masculina, surge a família fundada sobre as bases desse sistema patriarcal. Com o crescimento do feudalismo e da evolução comercial, por volta dos séculos de XVI e XVII, a dominação masculina sobre a mulher passa a ter um caráter econômico, no qual o reconhecimento da propriedade privada gera o fortalecimento da estrutura patriarcal, pela necessidade de perpetuar a descendência legítima, permitindo com a normatização da obrigação da obrigação de cuidar da casa e dos filhos como algo exclusivamente feminino, gera a exclusão das mulheres dos espaços de poder.

3.1 As Ondas Feministas: Movimento e Teoria

Com o fim da Revolução Francesa, no século XVII uma Europa antes feudal por mudanças de estruturação para uma economia industrial, fortalecendo os ideais de fraternidade, igualdade e liberdade que a Revolução levantava para toda a sociedade. Na Inglaterra ocorria um maior envolvimento do movimento feminista protestante nas camadas de poder, o que possibilitou uma maior consciência civil e política, resultando em uma atuação mais efetiva no parlamento inglês. A Primeira Onda Feminista⁷ se inicia com o ideal de liberdade e igualdade assegurado a todos os indivíduos na sociedade democrática, onde o *feminismo liberal* tem como questão principal o sufrágio, ou seja, a concessão do voto às mulheres, possibilitando desta forma a correção de injustiças a que as mulheres são submetidas, como descritas no trecho a seguir: “a teoria democrática incentivava as feministas a verem o voto como o modo correto e mais prático de atingir suas metas. Quando o sufrágio fosse concedido, as mulheres estariam aptas a votar em favor da legislação que corrigiria a injustiça às mulheres” (NYE, 1995, p. 19).

Outras pautas levantadas pelas feministas liberais foram: o direito à propriedade, a reforma do casamento e a liberdade sexual, porém o voto seria o principal instrumento de transformação para que ocorresse uma mudança nas leis, nas instituições e ocasionando, por

⁷ Algumas autoras apontam o termo onda como uma forma de divisão do movimento feminista, que ignorava os outros movimentos não-ocidentais (TARRANT, 2006). Porém, utilizarei o termo Ondas por entender que as “Ondas Feministas” não são feitas em fases que anulam as ondas anteriores, mas como uma forma de evolução e uma forma de fazer uma linha do tempo e demonstrar a pluralidade do feminismo como militância e acadêmico.

fim, a inserção da mulher no mundo político. Esse cenário de reivindicações feministas tinha como pano de fundo a indiferença das mudanças do feudalismo para o capitalismo, com a situação da mulher na economia e em sua posição na sociedade civil. Teóricos democráticos como Rousseau, Stuart Mill, David Hume e John Locke colocavam os homens como os mantenedores da ordem, da família e do Estado, e as mulheres por sua vez como a “mulher do lar”, onde a sua posição social era subordinada ao homem. (NYE, 1995)

Feministas liberais como Mary Wollstonecraft (1759-1797)⁸ e Harriet Taylor (1807-1858)⁹, trazem para o debate que as mudanças revolucionárias seriam efetivas com “[...] uma mudança radical nas atitudes daqueles homens que não viam ‘utilidade’ alguma no êxito feminino” (NYE, 1995, p. 22). Essa afirmação carrega inúmeras pontuações de como a mulher era vista pela sociedade patriarcal e de como as mudanças sociais e econômicas ocorridas na época não resultaram em mudanças expressivas nas vidas dessas mulheres. O primeiro fator está na posição da mulher como indivíduo social e humano, onde suas preferências e melhorias de vida estariam, de acordo com os teóricos democráticos, relacionadas com as melhorias de vida do homem.

As reformas democráticas da Revolução Francesa foram originalmente teorizadas como só beneficiando as mulheres indiretamente: as mulheres são dependentes dos homens, logo, as mulheres estarão em melhor situação porque os homens estarão em melhor situação (NYE, 1995, p. 22).

O segundo fator está na natureza da mulher, a partir da qual filósofos positivistas como Auguste Comte buscam justificar a posição de submissão da mulher por meio da biologia, como no trecho a seguir: “Auguste Comte, por exemplo, argumentava que os cérebros das mulheres eram menores que os dos homens e que, portanto, as mulheres deviam ser subordinadas” (NYE, 1995, p. 22). Com isso, a construção revolucionária democrática da época tendia a excluir as mulheres das zonas de poder e decisão, em contraponto às atividades exercidas nas indústrias e na contribuição para o crescimento econômico. Desta forma, a participação feminina era excluída do mundo político e dos negócios, fazendo com que ocorresse um processo de marginalização, onde as mulheres excluídas dos cargos de chefia, sem acesso a educação, à

⁸ Considerada fundadora do feminismo, elaborou o mais importante estudo sobre a raiz da opressão e do sofrimento da mulher na obra: “Reinvindicações dos direitos das mulheres” em 1792. Dois anos anteriores publicou “Reinvindicações dos direitos do homem” em resposta as considerações da Revolução Francesa de Edmund Burke (Disponível em: <http://www.bibliotecafeminista.org.br/>).

⁹ Filósofa e defensora dos direitos sufragistas inglesas, membro da Sociedade Kensington produziu a primeira petição requerendo o voto para as mulheres (Disponível em: <http://www.bibliotecafeminista.org.br/>).

propriedade privada e a aos meios democráticos passeavam a ocupar posições de submissão no mercado, sendo uma mão-de-obra barata, assegurando ao homem os lugares de liderança.

A participação nas instituições democráticas, direitos de propriedade, direitos contratuais, educação pública, mercados competitivos e todos os mecanismos do funcionamento democrático estava agora vedada às mulheres, e quanto mais seguro o estabelecimento das novas instituições, mais completa era a exclusão das mulheres (NYE, 1995, p. 24).

Com este cenário de exclusão e opressão, a luta sufragista tem duas frentes principais de atuação: a primeira dirigida às estruturas do Estado, com a reivindicação de direitos civis e políticos e a segunda voltada para as relações trabalhistas com a luta por igualdade salarial, direito a educação. A luta feminista no início do século XIX é marcada por uma grande organização de massa, onde as ações de boicotes, greves, confrontos e resistências foram cruciais para o crescimento do movimento, bem como para que os processos de transformação ocorressem em todos os ramos que as mulheres estavam ocupando. A luta feminista buscava ser inserida (ou se inserir) nos espaços que eram sistematicamente patriarcais, como as indústrias, sindicatos e zonas de poder tradicionalmente ocupadas pelos homens.

As transformações sociais que as feministas liberais desempenharam ao final do século XX, assumiram um tom mais profundo a partir do reflexo do movimento na classe trabalhadora, composta pelas mais diversas reivindicações. As mulheres passaram a questionar a sexualidade heteronormativa, reivindicar o direito ao aborto, a defesa à maternidade como opção e não uma obrigação, a jornada de trabalho justa, o pagamento de salários condizentes com suas profissões e a educação não sexista. As demandas traziam um fundamento histórico, que “[...] centralizavam na construção cultural da dominação masculina e expunham as contradições e os mecanismos de poder que legitimavam no interior da própria classe operária a desigualdade entre os sexos” (GURGEL, 2010, p. 4). Assim, o movimento das mulheres trabalhadoras possuía grande resistência do partidos socialistas que viam como uma forma de fragmentação da classe trabalhadora, e não aceitavam as pautas específicas das mulheres.

No cerne da política os movimentos feministas, dentro e fora dos partidos políticos, buscavam uma “[...] construção do programa estratégico, a compreensão de que assim como a classe, o gênero e a raça/etnia compõem a ontologia do ser social” (GURGEL, 2010, p. 4), trazendo ao debate a composição das classes sociais em meio ao debate feminista, com questionamentos sobre o acúmulo de capital, a exploração do trabalho e as condições do lucro sob o capital.

Assim, com esse prelúdio de inserção das questões sociais e de cidadania, a Segunda Onda Feminista, a partir da década de 1960, em países como os Estados Unidos e Europa, traz para o debate as questões voltadas para “[...] segmentos sociais, como estudantes, jovens, intelectuais, operários, artistas, (...) que questionaram, primeiramente, todas as formas de autoritarismo, totalitarismo, colonialismo e ações militarista sob a vida e dignidade humana” (GURGEL, 2010, p. 5). A base para os debates está voltada para as questões envolvendo as origens da desigualdades sexuais, as formas de opressão, a violência sexual e o direito sobre o corpo.

A corrente que passa a predominar é chamada de *feminismo radical*, que tem como base de discussão as desigualdades sociais fundadas pelo patriarcado¹⁰, bem como na dominação da mulher. As feministas radicais possuem forte influência de Simone de Beauvoir¹¹, autora da obra “Segundo Sexo (1949)”, que se questiona sobre o papel social da mulher na sociedade, como no trecho a seguir:

[...] ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1967, p. 09).

O feminismo então passa a assumir um papel importante nas discussões com recortes sociais e econômicos, levando em consideração as mudanças sociais ocorridas com a Revolução Industrial na Europa e nos Estados Unidos. Tendo impacto direto nas relações trabalhistas das mulheres, não cabia mais um feminismo voltado somente para a burguesia, no qual a mulher europeia ou estadunidense trabalhadora, que possuía jornadas duplas, triplas, opressões diárias dentro e fora de casa e a desigualdade salarial não pudesse se identificar e lutar pela mudança de forma estrutural. Assim o recorte de classe iniciou uma nova onda feminista no ocidente.

Essas mulheres não tinham quaisquer das vantagens da posição de classe ou riqueza das feministas liberais. Não se consideravam mulheres oprimidas, mas como parte dos pobres oprimidos. Seus aliados não eram conferencistas reformadoras em favor do voto feminino, mas as mulheres e os homens que eram seus companheiros de trabalho

¹⁰ O termo patriarcado denomina a dominação da mulher pelo homem de forma universal, na qual pode ser vista com o trecho a seguir de NYE: “o patriarcado é a constante universal em todos os sistemas políticos e econômicos; que o sexismo data dos inícios da história; que a sociedade é um repertório de manobras nas quais os sujeitos masculinos firmam o poder sobre objetos femininos. Violações, pornografia, prostituição, casamento, heterossexualidade — tudo isso são imposições do poder masculino sobre as mulheres. A aquiescência das mulheres é uma indisposição de má fé de enfrentar sua própria falta de poder” (NYE, 1995, p. 119).

¹¹ Considerada por diversas feministas como a precursora da Segunda Onda Feminista, com a publicação da obra “O Segundo Sexo” em 1949, traduzido para o inglês em 1953 (Disponível em: <http://www.bibliotecafeminista.org.br/>).

e companheiros de sofrimento. Sua estratégia para a mudança era, portanto, diferente. O antídoto para a opressão das mulheres não era legislação, mas uma organização de trabalhadores. As feministas não deviam tentar descobrir nas estruturas socioeconômicas existentes os meios legais de defender os interesses das mulheres, mas trabalhar para destruir aquelas estruturas (NYE, 1995. p. 53).

A visão do feminismo radical trazia consigo a concepção de que não bastava somente buscar explicações e unir as mulheres, mas sim derrubar toda a cadeia patriarcal em que é constituída a sociedade. Sendo assim, a noção de insubordinação, não reconhecimento das instituições formais e rejeição do Estado todas produtos dos homens, feitas por homens e, portanto, com caráter patriarcal eram a base para que a luta contra o patriarcado fosse estabelecida. A partir da década de 1970 as lutas feministas passam a ser pautadas por reivindicações políticas, pela legalização do divórcio, liberdade sexual e o aparato social para os filhos de trabalhadoras como creches e pré-escolas. Elizabeth Silva destaca a importância do movimento para o autoconhecimento e autoconsciência da sexualidade feminina, assim como a liberdade sexual.

Uma das contribuições mais significativas do Movimento Feminista Radical foi a organização e instauração de grupos de autoconsciência, seguidas da abertura de uma agenda para as mulheres voltada para práticas de uma vida alternativa, pois, considerava que os homens, não apenas os de elite, recebiam benefícios econômicos, sexuais e psicológicos do sistema patriarcal, uma vez que, em geral eles acentuavam a dimensão psicológica da opressão (SILVA, 1982, p. 5).

Com os grupos de autoconsciência, as reivindicações passaram a ter um cunho de ação mais direto, onde os diversos espaços de autoajuda fortaleceram e disseminaram os estudos sobre ginecologia não patriarcal e grupos de apoio para mulheres em situação de risco. Ampliaram-se assim, academicamente, as reflexões e as produções em meio teórico, da ideia de que as relações de poder são reflexos das relações pessoais, portanto seria necessária uma separação do público e privado e ocorrendo a identificação com a expressão “o pessoal é político” (SARDENBERG apud SILVA, 2010, p. 5).

Outras autoras que contribuíram para a teoria radical feminista são: Shulamith Firestone¹² com sua obra “Dialética do Sexo (1970)” e Kate Millet¹³ com a obra “Política Sexual

¹² Autora ícone do movimento feminista na década de 1960 e 1970 expõe na sua obra a visão utópica e influenciada por Marx e Engels da origem do processo histórica da diferença de sexo e priorizando a luta pela libertação das mulheres, não incluindo as demandas da esquerda como as desigualdades sociais e raciais que despontavam no cenário feminista da época.

¹³ Estudiosa sobre as questões feministas, passou a ser considerada uma das principais teóricas do movimento de libertação das mulheres, trazendo para o debate a afirmação de que não existe apesar das questões biológicas as diferenças entre os dois sexos. Sendo assim o masculino e feminino são condicionados culturalmente, na qual a autora busca desenvolver sua tese recorrendo a análises históricas, psicológicas e literárias.

(1971)”, que trouxeram visões diferentes sobre a origem da opressão da mulher de forma estrutural, com repúdio total às explicações biológicas formuladas pelos filósofos positivistas. Nesta nova fase de discussões, o feminismo passou a incluir visões teóricas marxistas e utilizou da psicanálise para efetuar análises sobre o patriarcado, o gênero e a desigualdade sexual. O *feminismo socialista* tem em sua abordagem a investigação da opressão da mulher por meio do sistema do capitalismo e da propriedade privada.

O conhecimento de que o nascimento da propriedade privada pode ser relacionado com “[...] a derrota histórica mundial do sexo feminino” (NYE, 1995 p. 56), onde a família tem em sua origem por meio econômico (ENGELS, 1985), é possível observar a construção sexista das instituições como fator social, e não um fato natural. A compreensão da natureza da opressão e da desigualdade a partir da luta de classe, pode ser entendida que o sistema patriarcal e o sistema de classe, incorporados ao crescimento do capitalismo são fruto de uma opressão sistemática na qual os níveis de opressão podem ser vistos no trecho a seguir: “Embora, Engels tenha entendido a opressão das mulheres como uma questão de classe na cadeia da produção partindo da família, onde o homem era o proprietário e a mulher os meios de produção” (SILVA, 1982, p. 7).

A partir da década de 1970, com a introdução do termo “gênero” na elaboração de pesquisas acadêmicas feministas, inicia uma abertura do objeto de pesquisa. Antes centrado somente na “mulher”, os trabalhos possuíam uma dificuldade para desenvolver as pesquisas pois “[...] a mulher enquanto objeto ideal, só existe em nível de ideologia” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 140). Com a abertura metodológica, as abordagens passaram por uma transformação teórico-metodológica, na qual o objeto dos estudos feministas passa a ter um teor universal, incluindo não somente a mulher mas também visões abrangentes compreendendo a etnia, orientação sexual e a classe, como no trecho a seguir é destacado:

É certo que o gênero não possui apenas sexo, mas possuiu classe, raça, etnia, orientação sexual, idade, etc. Essas diferenças e especificidades devem ser percebidas. No entanto, dentro desta sociedade, não podem ser vistas isoladas de suas macrodeterminações, pois, por mais que “o gênero una as mulheres”, a homossexualidade una gays e lésbicas, a geração una as (os) idosas(os) ou jovens, etc., a classe irá dividi-las(os) dentro da ordem do capital. A classe é pois, quem determina como essas mais variadas expressões de opressões irão ser vivenciadas por esses sujeitos. Assim, é que uma mulher da classe dominante explora uma mulher da classe trabalhadora, uma idosa pode explorar outra idosa, uma negra pode explorar outra negra. Os movimentos sociais devem, portanto, ter como cerne a luta de classes (CISNE, s.d., p. 3).

Teóricas marxistas como Juliet Mitchell¹⁴, desempenharam importantes contribuições ao marxismo e à psicanálise, utilizando-os como ferramenta de pesquisa nas ciências sociais. Sua análise no livro “Women’s Estate” (1966), parte da concepção da exploração da mulher no trabalho e em casa, acarretando uma posição subalterna na economia, sendo compensada em seu poder na família. Essa visão traz consigo uma noção da sociedade patriarcal em manter a família conservadora para manter as instituições estáveis e, assim, manter a naturalização o feminino e o masculino. Uma das principais características da teoria de gênero está na desnaturalização do sexo, onde o determinismo biológico utilizado como justificativa para a opressão sobre a mulher serve-se da desigualdade social e estrutural para perpetuar o sistema.

Desta forma, a inclusão do gênero como forma de análise das diversas formas de opressão é, sobretudo, uma perspectiva que abrange as lacunas deixadas pelas outras teorias feministas, onde as diferenças culturais, regionais, sociais e de etnia podem ser exploradas em sua totalidade. Fazendo com que nesse recorte de classes, o marxismo consiga entender e explicar o capital e seu sistema, de forma que seja possível entender a lógica do desenvolvimento através das produtividades e, assim, entender que as “questões de mulher” são imperativas para o entendimento do sistema de opressão.

A categoria de gênero, portanto, pode ser incorporada ao marxismo, assim como à psicanálise. Inversamente, por ser uma categoria meramente descritiva, o gênero não sobrevive sem o sustentáculo de teorias sociais e/ou psicanalíticas (MORAES, s.d., p. 97).

A Terceira Onda Feminista tem início ao final da década de 1980, onde a abertura dos estudos de gênero proporcionou maiores abrangências teóricas introduzindo novas concepções sobre a mulher, sua sexualidade e posicionamento político-social. Com uma abordagem mais crítica ao próprio movimento feminista, a visão pós-estruturalista traz ao campo de estudos o *paradigma da incerteza*¹⁵, com a ideia de que as diferenças existem e precisam ser reivindicadas. A partir desse momento, inicia maiores debates sobre o próprio movimento feminista, considerando que a luta da Primeira e Segunda Ondas foram essenciais para a luta

¹⁴ Intelectual norte-americana, com participação ativa no denominado “New Left”, ou Nova Esquerda que liderava os assuntos feministas e psicanalíticos a partir da década de 1960.

¹⁵ O Feminismo da Diferença pode ser considerado um dos temas mais difíceis e complexos da teoria feminista contemporânea, onde o ponto central está na “construção da categoria de sujeito e os diferentes mecanismos históricos e filosóficos que fizeram as mulheres serem constantemente excluídas de sua definição” (FERREIRA, 2015). Ou seja, o paradigma da incerteza pode ser entendido como sendo uma perspectiva teórica pós-moderna que enfatiza as diferenças “entre o sujeito mulher, defendido por aquelas feministas da igualdade, o feminismo d diferença estabelecia a questão da interseccionalidade como fundamental na definição dessa categoria. Introduzir as diferenças étnico-raciais, de classe, de idade, de religião, de sexualidade, dentre outras, passou a ser imprescindível para minar qualquer projeção universalista” (FERREIRA, 2015, p. 128).

feminista, porém a posição ocidental e privilegiada do movimento trazia consigo a necessidade de reconhecer as diferenças e abrir espaço para as feministas situadas no Terceiro Mundo, mulheres negras, asiáticas e campesinas.

Assim, a Terceira Onda tem foco na “[...] análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Com isso, desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649). A posição de crítica sobre a forma heterogênea como as mulheres eram classificadas diferenciava na metodologia com os Estudos Feministas (voltados à mulher, mantendo posições de militância e política), com os Estudos de Gênero, na qual a concepção do gênero trazia para o debate como categoria que se relacionava com os outros níveis sociais que formavam a sociedade, e assim, o desafio de se pensar sobre o senso de “[...] igualdade e a diferença na constituição das subjetividades masculina e feminina” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649). Reafirma-se as necessidades da construção teórica e da movimentação social, como apontado a seguir:

Nesta terceira fase do movimento feminista, observa-se intensamente a intersecção entre o movimento político de luta das mulheres e a academia, quando começam a ser criados nas universidades, inclusive em algumas universidades brasileiras, centros de estudos sobre a mulher, estudos de gênero e feminismos (Louro, 1995; Machado, 1992; Scott, 1986; Toscano & Goldenberg, 1992) (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649).

Autoras como Joan Scott (1941-), influenciada pela corrente pós-estruturalista de Foucault e Derrida, buscam uma nova conotação do que é gênero/sexo, bem como o gênero como ferramenta analítica sobre os discursos, a linguagem, os símbolos, as instituições, saindo do pensamento binomial do homem-mulher e masculino-feminino. Essa busca tem como principal objetivo “[...] conceituar o gênero enquanto uma categoria útil à história e não apenas história das mulheres” (FILHO, 2003, p. 129). Desta forma, as inclusões de homens que não possuem privilégios em meio ao *mainstream*, direciona seus estudos sobre as relações de poder, desigualdades e hierarquias sociais, ampliando a abordagem do gênero e como ele é colocado como instrumento de pesquisa, como demonstrado a seguir:

[...] o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas das feminilidades (SCOTT, 1990, p. 03).

O gênero é colocado como uma categoria de análise para quebrar os paradigmas das abordagens tradicionais, acrescentando novas percepções e novos temas no feminismo como: etnia, aspectos sociais, e percepção sobre as relações de poder que são inerentes as noções de opressões. Com a inserção de feministas pós-colonialistas na Terceira Onda Feminista, e a ampliação das abordagens feministas, o protagonismo de feministas do Terceiro Mundo, com a inclusão do feminismo negro e noções pós-estruturalistas, as noções de dominação passam a ser associadas às construções sociais como forma de manutenção do poder e de grupos dominantes.

Com isso, a evolução do feminismo mesmo tendo diversas correntes e conotações distintas, mantém o fator de criticar as formas tradicionais sociais e políticas. Tendo como ponto inicial a mulher como forma de combate à subordinação nas duas primeiras Ondas Feministas, com a inclusão do gênero na Terceira Onda Feminista, a ampliação do debate e alargamento das questões acaba por incluir uma visão maior das concepções sobre as relações de poder e as formas de subordinação em nível local e internacional.

3.2 O Feminismo nas Relações Internacionais

A partir da introdução do feminismo como movimento e sobre as teorias sociais desenvolvidas, este subcapítulo tem como objetivo apresentar a Teoria de Relações Internacionais (RI) de forma abrangente, demonstrando seus aspectos principais, seus pressupostos e seu desenvolvimento tanto em meio acadêmico como político. Assim, em 1990 é possível observar um alargamento das discussões teóricas ao final da Guerra Fria, onde o bipolarismo que dividia o mundo em dois blocos (capitalismo x comunismo), entra em colapso e o movimento de globalização e interdependência entre os Estados fica cada vez mais evidente. Assim, têm início estudos a partir de correntes positivistas e pós-positivistas, que partem de uma construção metatéórica, uma alternativa às teorias do *mainstream* no Sistema Internacional, uma vez que as correntes tradicionais não tinham mais o prestígio e não se mostravam mais capazes de comportar as mudanças sociais, econômicas e políticas pelas quais o mundo estava passando.

Desta forma, o campo de estudos feministas nas Relações Internacionais foi inserido em debates internacionais, onde os estudos sobre a hierarquização do gênero, o masculinismo do campo, bem como das políticas e a reanálise de políticas internacionais fizeram com que, ainda timidamente, os estudos feministas fossem crescentes em países não ocidentais e do Terceiro Mundo (SARFATI, 2007).

3.2.1 A inserção da questão de gênero nas Relações Internacionais: evolução e definição

Os estudos de gênero podem ser observados a partir da Segunda Onda Feminista por volta da década de 1980, com a organização de feministas universitárias que buscavam institucionalizar o estudo sobre mulheres com a criação do curso “História das Mulheres” e “Estudos da Mulher”, lecionados em universidades norte-americanas e europeias, contribuindo para a criação de núcleos de estudos feministas, pesquisas e legitimando o movimento por meio da academia (SILVA, 1982). A partir da Terceira Onda Feminista, esses estudos tomaram proporções importantes com literaturas antropológicas, sociais e psicanalíticas nas relações internacionais, entretanto as inserções dos estudos de gênero tiveram uma introdução tardia (TICKNER, 1992 ; HARDING, 1987) pois “as questões levantadas pelo feminismo fossem simplesmente consideradas não relevantes para a esfera internacional e não precisassem formar parte da agenda acadêmica do estudo das relações internacionais” (HALLIDAY, 2007, p. 162).

Desta forma, a invisibilidade do tema persistiu por muito tempo, mesmo com o crescimento dos estudos em áreas como a ciência política (CONNEL, 1987). As noções tradicionais do que constitui o objeto central das relações internacionais – *a high politics*¹⁶ – contribuíram para que as questões de gênero tomassem pouco espaço em nível acadêmico. Sobre a tardia inserção do gênero nas análises de relações internacionais, Halliday afirma que esta encontra-se baseada em dois pilares: o primeiro na posição sexista que a mulher é colocada na sociedade, na qual os campos político e de tomada de decisão são predominantemente masculinos, excluindo as mulheres de todos os níveis de negociação.

[...] o terreno da prática internacional (em ministérios exteriores, ministérios de defesa e órgãos políticos relacionados) é ele próprio um domínio especial masculino, distante, inclusive, das normas prevalentes em outros corpos de formação de políticas (...) Na ideologia convencional, as mulheres não são “preparadas” para tais responsabilidades e não se pode contar com elas em questões de segurança e crise (HALLIDAY, 2007, p. 163).

O segundo está na suposição da separação entre o gênero e as relações internacionais, onde há a concepção de que as abordagens de RI são, em sua maioria, pouco relacionadas às questões de gênero, em que primeiro “[...] a tese de que os processos internacionais são eles mesmo neutros em gênero; isto é, que eles não tem nenhum efeito sobre a posição e o papel das mulheres na sociedade” (HALLIDAY, 2007, p. 163); em relação ao feminismo, por ser centrado principalmente no interpessoal, nas formas de dominação e ser trabalhado nos níveis

¹⁶ Termo para referir a políticas de alta intensidade e relevância estratégica. (CASTRO, 2012)

sociais tradicionais: a sociedade, a família e o indivíduo (HALLIDAY, 2007). Assim, o entrelaçamento dos dois ramos de pesquisa acabou por se distanciar e aprofundar as lacunas estruturais e sociais deixadas pelas ortodoxias tanto do feminismo quanto das relações internacionais.

A partir disso, a construção teórica feminista toma forma com uma agenda não centrada no Ocidente, incluindo as diversas abordagens feministas, com denúncias sobre os abusos estruturais e discutindo o sistema patriarcal em nível macro (estatal) e micro (pessoal), tendo a Convenção de Pequim, em 1995, como data importante para a inserção dos assuntos feministas na agenda internacional. A Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres iniciou os acordos sobre os objetivos para alcançar a igualdade de gênero, eliminar a desigualdade e a discriminação contra as mulheres e meninas em nível global. Essa conferência demonstrou os avanços dos movimentos feministas, culminando na assinatura da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim¹⁷ a qual tratava do avanço da igualdade e do empoderamento das mulheres, resultado da atuação de diversos movimentos feministas não ocidentais, que tiveram grande importância na construção das Resoluções adotadas.

Assim, a partir de 1990, ocorre o início das discussões em nível estatal de forma ainda tímida, mas possuindo maiores espaços nas questões de direitos humanos, bem como nas tratativas relacionadas à sociedade civil. Tales Castro aponta que:

As alternativas – ou *approaches* como são referidos com frequência – dos enfoques feministas envolvem repensar o olhar hegemônico-dominante masculino em termos cruciais para a política internacional, tais como: poder, segurança, binômio guerra-paz, estabilidade e soberania estatal (CASTRO, 2012, p. 404).

Esta perspectiva de mudança nas abordagens ao encontro com o conteúdo pós-positivista do Terceiro Debate das Relações Internacionais¹⁸ cabe uma observação que mesmo

¹⁷ A Declaração implicou em três inovações para a luta da promoção da igualdade de gênero: a inclusão do conceito de gênero nas pautas internacionais, o empoderamento da mulher e a noção de transversalismo. Este último legado possui especial atenção pelo fato de assegurar que a perspectiva de gênero passe a integrar de forma efetiva as políticas públicas em todos os níveis governamentais. Ver mais em <<http://www.onumulheres.org.br/pequim20/>>.

¹⁸ As divisões dos debates nas Relações Internacionais são efetuadas a partir das temáticas que os envolvem. Assim, o Primeiro Debate da disciplina iniciou entre as décadas de 1930 e 1940, com as temáticas voltadas para compreender as causas da Primeira Guerra Mundial e proporcionar a paz duradoura. Tendo como seu principal expoente Woodrow Wilson, os teóricos idealistas tinham como base os valores universais dos Estados nos mecanismo normativos para cooperação. Em contrapartida os realistas com a concepção de poder, e a noção de insegurança constante fazem contraponto com os ideais idealistas para a política internacional. Sendo os maiores teóricos dessa época Hans Morgenthau, (1914- 1980) e Edward H. Carr (1892-1982). O Segundo Debate da disciplina ocorrido entre as décadas de 1950 e 1960 o debate se concentra nas diferenças metodológicas e epistemológicas da corrente realista, ocorrendo um embate entre os teóricos clássico e os teóricos realistas científicos, com os maiores teóricos dessa época Kenneth N. Waltz (1924-2013) e John J. Mearsheimer (1947-).

não sendo hegemônica a abordagem pós-positivista nos estudos feministas modernos, acaba por proporcionar um alargamento teórico ocorrido nos últimos dois debates das RI demonstrando a necessidade de alternativas às teorias vigentes positivistas.

Desta forma, a aproximação entre teóricos pós-positivistas e as feministas resultou em abordagens estruturadas principalmente no social, onde as construções estão envoltas em questões políticas e em assuntos de outras disciplinas desenvolveram o uso do gênero como ferramenta analítica. Tickner (2001) aponta que, por possuir uma distinção metodológica única, as feministas utilizam diversos métodos como: etnográficos, estatísticos, culturais, entre outros, para procederem na pesquisa e aproximar as diversas áreas do conhecimento.

Por meio desse diálogo com diversas áreas, estudiosas iniciam a utilização do termo *feminismos* (HARDING, 1987) elucidando a diversidade de vertentes e perspectivas que compõem o movimento. Um ponto importante a ser levantado sobre o fator aglutinador para as feministas nas RI está em explicar e entender como a subordinação e submissão feminina são construídas e impacta a política internacional, além da busca de explicar a marginalização do feminino na área, como abordado por J. Ann Tickner.

[...] a questão básica que mais tem preocupado as feministas nas RI é, porque em cerca de quase todas as sociedades, as mulheres estão em desvantagem política, social e econômica, relativa ao homem e em que medida isso se deve à política internacional e da econômica global (TICKNER, 2006, p. 24, tradução nossa)¹⁹.

De acordo com Tickner (2001), o feminismo nas RI pode ser dividido em duas fases: a primeira composta por autoras como: Cynthia Enloe (1989), J. Ann Tickner (1992) e Cristine Sylvester (1994) que buscavam desconstruir a masculinização dominante na composição dos tópicos centrais do campo, que implicavam na utilização do uso predominante do masculino na disciplina e em sua prática; e a segunda fase composta por autoras Staceyann Chin (1998) e Charlotte Hooper (2001) que visavam dar enfoque a casos empíricos, tendo como objetivo apresentar métodos que viabilizassem o gênero na comunidade internacional, apresentavam “[...] um interesse metodológico comum pela investigação sociológica, baseada na identidade (identity-based), interpretativa ou linguística” (ISQUIERDO, s.d., p. 2).

A definição teórica feminista pode ser caracterizada por uma abordagem não feminista trazida por Carperter (2002) e outra por Tickner (2001), que colocam gênero como ponto central de análise da subordinação. Assim, a definição teórica feminista feita de forma geral não pode

¹⁹ “[...] the basic question that has most concerned IR feminists is why, in just about all societies, women are disadvantaged, politically, socially, and economically, relative to men, and to what extent this is due to international politics and the global economy”.

ser designada para as relações internacionais, por seu aparato histórico, como no trecho a seguir é apontado:

Nas Relações Internacionais, porém, foi só no final da década de 1980 que os primeiros trabalhos feministas apareceram (...). Apesar das RI serem, em muitos aspectos, “importadoras” de conceitos e teorias em relação às outras ciências humanas, (...), a disciplina tem se mostrado mais conservadora que outras sociais em diversos aspectos, o que significa que estas importações tendem a acontecer com muitos anos de atraso quando as perspectivas são críticas ao mainstream da disciplina. (BEIEBER,2005) (PAIVA, 2014, p. 16).

Assim, a análise feminista nas RI, por se concentrar nas relações socialmente construídas, possui um entendimento mais amplo da política internacional, onde os estudos tradicionais se concentravam nas relações estatais, o feminismo ampliou a análise por inserir os indivíduos, partindo para uma análise de baixo para cima. Na Segunda Onda, onde o principal slogan era “o pessoal é político”, nas Relações Internacionais as feministas traziam “o pessoal é internacional” (ENLOE, 1989), onde pode-se observar que nas RI a abordagem feminista parte do sujeito (micro) e se transporta para o Estado/Internacional (macro), elucidando os resultados nas políticas internacionais. Esta premissa está baseada na análise que busca a identificação das mulheres em espaços de poder, onde entende-se que as análises feministas sobre políticas internacionais não são necessariamente feitas em zonas de batalha ou com chefes de Estado.

Com isso, a Teoria Feminista, por suas particularidades e pelo fato de sua base analítica partir do social, tem como objetivo expor a construção androcêntrica do mundo, que resulta em políticas internacionais e econômicas masculinizadas e essencialmente ocidentais (TICKNER, 2001). A compreensão dos problemas de inserção das demais feministas não ocidentais, dentro do movimento feminista na sociedade e na academia, é imperativo para que se compreenda a construção pós-colonialista da teoria, na qual a pluralidade de etnias, culturas e sociais que compõe a comunidade feminista internacional fortaleça e enriqueça os debates internacionais e fomente a não marginalização (MOHANTY, 2003) de movimentos do Terceiro Mundo, como o movimento negro e outros.

3.2.2 As vertentes da Teoria Feminista: Feminismo Crítico, Feminismo Construtivista, Feminismo Pós- Estruturalista e Feminismo Pós- Colonial

A partir da compreensão de que as teorias feministas nas Relações Internacionais são majoritariamente pós-positivistas, onde suas divisões internas com as teorias críticas,

construtivistas e pós-colonialistas fazem parte da vertente crítica ao *mainstream*, J. Ann Tickner e Laura Sjørberg (2013) dividiram as teorias feministas em quatro grandes vertentes: o Feminismo Crítico, o Feminismo Construtivista, o Feminismo Pós-Estruturalista e o Feminismo Pós-Colonial.

O Feminismo Crítico, baseado na Teoria Crítica, nasce a partir da perspectiva do marxismo e da Escola de Frankfurt²⁰, cujo maior expoente é Robert Cox (1926-). A base da teoria crítica é constituída por três categorias históricas que interagem entre si, apontadas por Cox (1986): condições materiais, ideias e instituições, as quais interagem em três níveis diferentes: as relações de produção, o complexo de Estado e sociedade e, por último, a definição das ordens internacionais (TICKNER; SJORBERG, 2013). A compreensão que essas características são importantes para legitimar instituições são produtos de agentes-humanos, portanto passíveis de mudança. Assim, a teoria crítica busca compreender o mundo para tentar mudá-lo a partir de suas concepções. Essa visão de emancipação e de cunho político conforma-se com as concepções feministas, uma vez que “[...] as feministas críticas exploram as manifestações materiais e ideológicas de gênero, com uma atenção especial às inter-relações entre opressões de classe e de gênero” (PAIVA, 2014, p. 20).

Entre as principais teóricas feministas críticas estão: Sandra Whitworth e Cristine Chin. Sandra Whitworth, teórica feminista crítica é influenciada por Cox, e, em sua obra “Feminismo e Relações Internacionais” (1994), afirma que o entendimento sobre o gênero depende em partes das condições materiais reais do homem e da mulher. Sugere que o sexo também é constituído pelo ideal que os homens e as mulheres relacionam entre si necessariamente, assim sua pesquisa sugere que existem diferentes formas de gênero, e os efeitos sobre esse entendimento trariam mudanças nas políticas populacionais. Outra teórica crítica feminista, Cristine Chin, em sua obra “Serviço e Servidão” (1998), ao estudar as trabalhadoras domésticas, examina o aumento da disparidade salarial entre os sexos e entre os trabalhadores domésticos estrangeiros, em 1970, ano em que a Malásia passava por um momento de modernização econômica no país. Em seu trabalho, Chin (1998) rejeitava a explicação econômica tradicional de diferenças salariais em seu estudo de caso sobre trabalhadoras Filipinas busca explicitar a vinda de trabalhadoras domésticas Filipinas, onde o não envolvimento do Estado nas dinâmicas sociais e trabalhistas, acarretou na marginalização das trabalhadoras. Em sua crítica, Chin (1998) argumenta que o apoio do estado malaio à vinda de trabalhadoras estrangeiras gerou condições de trabalho próximo à escravidão e utilizando o apoio de famílias de classe média

²⁰ A Escola de Frankfurt refere-se à perspectiva teórica social interdisciplinar neomarxista associada ao Instituto para Pesquisa Social da Universidade de Frankfurt.

como estratégia para camuflar as infrações e diminuir as tensões étnicas. Assim, seu estudo aponta que o Estado malaio, como os outros, não é baseado no gênero neutro, mas sim na expressão de classe e raça, tendo seu estudo com teor emancipatório o objetivo de identificar as relações de poder existentes e mudar a realidade social do país.

O Feminismo Construtivista nasce a partir da Teoria Construtivista, nas Relações Internacionais, sendo a base construtivista constituída na compreensão de que a política internacional é social. Busca repensar as formas de ver o mundo, alguns construtivistas que utilizam abordagens positivistas, tratam as ideias como causas dos fenômenos internacionais, já os que utilizam abordagens pós-positivistas, têm como foco a linguagem. Porém, todos concordam com os desafios que os pressupostos realistas que tratam os estados como atores unitários, onde os construtivistas veem os estados como resultado das dinâmicas dos processos sociais (TICKNER; SJORBERG, 2013). Assim, o feminismo construtivista se constitui pós-positivista, por buscar em suas análises “[...] a maneira como ideias sobre gênero constroem e são construídas pela política global” (PAIVA, 2014, p. 20).

Feministas construtivistas como Elisabeth Prügl, com sua obra “A Construção Global de Sexo” (1999), usam da linguística para basear sua perspectiva construtivista feminista para analisar o tratamento das trabalhadoras, as negociações internacionais e no direito internacional. A abordagem de Prügl consiste na afirmação de que, sendo as mulheres a maioria de trabalhadoras domésticas, a regulamentação desta categoria é importante por se basear em uma percepção feminista. O argumento utilizado para justificar os baixos salários da categoria é fundamentado na suposição que um “trabalho de casa” não é um trabalho real, pois possui lugar na esfera privada do cerne familiar, travando sua posição na esfera pública. Assim, a autora mostra que os ideais de feminilidade e maternidade contribuem para os debates da comunidade internacional sobre a institucionalização das trabalhadoras. A autora vê o gênero como uma instituição de poder, que é inserida em todos os níveis globais, desde o privado (casa) até o público (Estado e/ou Sistema Internacional).

Desta maneira, a política de gênero permeia a política internacional, criando regras baseadas na linguística sobre as interações entre os estados e os cidadãos (TICKNER; SJORBERG, 2013). Isto posto, as feministas construtivistas buscam estudar os processos pelos quais os ideais de gênero influenciam a política internacional, bem como os ideais globais produzem políticas sobre o gênero.

O Feminismo Pós-Estruturalista tem como base a Teoria Pós-Estruturalista, que se concentra em codificar a linguagem, onde a compreensão da realidade é medida a partir do seu uso, em que “[...] a principal preocupação de pós-estruturalistas é a relação entre conhecimento

e poder” (PAIVA, 2014, p. 20), os que constroem o poder por meio do conhecimento. Feministas apontam que pelos homens serem vistos como “conhecedores”, possuem legitimidade nas ciências sociais, e no caso das mulheres, estas são marginalizadas como conhecedoras e como sujeitos do conhecimento (TICKNER; SJORBERG, 2013).

Desta forma, o feminismo pós-estruturalista é preocupado, particularmente, com a construção da dicotomia linguística, “[...] como forte / fraco, racional / emocional e público / privado, servem para capacitar do masculino sobre o feminino” (TICKNER; SJORBERG, 2013, p. 211, tradução nossa)²¹, e nas relações internacionais “[...] como civilizado / incivilizado, ordem / anarquia, e desenvolvido / subdesenvolvido, têm sido importantes na forma como dividimos o mundo linguisticamente” (TICKNER; SJORBERG, 2013, p. 211, tradução nossa)²². As feministas acreditam que essas diferenças linguísticas possuem consequências diretas nas relações entre os sujeitos e entre os Estados/Organismos Internacionais. Apontam que a inferioridade efetuada pela linguística possui perigosas conotações de gênero e raciais, buscando as pós-estruturalistas desconstruir as hierarquias através de análises de textos e seus significados. Assim, enxergam o gênero como uma construção social complexa, enfatizando que o significado falado de sexo está em constante evolução e de mudança de contexto, efetuando uma destruição hierárquica (TICKNER; SJORBERG, 2013).

Feministas pós-estruturalistas, como Charlotte Hopper e Laura Shepherd, trazem as questões linguísticas para as Relações Internacionais. Hopper, em sua obra “Manly States” (2001), faz uma análise textual pós-estrutural sobre o papel da teoria e a prática das relações internacionais. Sua abordagem tem como ponto central as definições elaboradas para legitimar a masculinização no campo, afirma que a compreensão das relações internacionais é feita a partir do entendimento das implicações do fato de ser conduzida principalmente por homens, que moldam as relações internacionais e os próprios homens. Com isso, seu objetivo é mostrar que a política de gênero permeia a política internacional de tal forma que considera o gênero como uma construção social que resulta em praticas ligadas aos argumentos em diversos níveis da política e da sociedade (TICKNER; SJORBERG, 2013).

Já Shepherd, com sua obra “Gênero, Violência e Segurança: Discurso como Prática” (2008), investiga a Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), aprovada em 2000, tendo as questões de gênero em áreas de conflito o ponto central da

²¹ “[...] as strong/weak, rational/emotional, and public/private, serve to empower the masculine over the feminine.”

²² “[...] as civilized/ uncivilized, order/anarchy, and developed/underdeveloped, have been important in how we divide the world linguistically.”

resolução. Sua análise é pautada na visão pós-estruturalista de ponto de vista feminista, onde aponta que a linguagem utilizada na Resolução não só reflete a realidade, mas é constituído dela, onde a construção discursiva da Resolução influencia sua implementação e determina assim seu fracasso ou sucesso. Shepherd aponta que “com base no gênero que as mulheres são pacíficas / passiva na justificação da Resolução para a inclusão de mulheres em processos de paz” (TICKNER; SJORBERG, 2013. p. 211, tradução nossa)²³. Logo, a autora conclui que a contextualização da violência de gênero em conjunto com a de segurança é necessária para evitar a replicação de entendimentos parciais e problemáticos da Resolução 1325 do CSNU e da sua implementação (TICKNER; SJORBERG, 2013).

O Feminismo Pós-Colonial, constituído tanto por autores pós-coloniais como pós-estruturalistas, evidencia a pretensão crítica das duas linhas de pensamento. Assim, o feminismo pós-colonial tem como base “as relações coloniais de dominação e subordinação estabelecida sob o imperialismo (...) afirmam que estas relações de dominância persistem além da concessão da independência” (TICKNER; SJORBERG, 2013, p. 212, tradução nossa)²⁴. Isso sendo, os pós-colonialistas nas relações internacionais, defendem a construção de uma identidade própria, sem estereótipos raciais e culturais que o ocidente designa aos colonizados.

As feministas pós-coloniais trazem para o debate o modo como as feministas ocidentais tratam as feministas não-ocidentais, com a crítica ao feminismo pós-colonial se concentrando na percepção de que as feministas ocidentais, pautadas em conhecimento e vivências ocidentais, reproduzem um universalismo que privilegia as mulheres ocidentais (TICKNER; SJORBERG, 2013). Chandra Mohanty (2011), feminista pós-colonial, traz a crítica para como as feministas ocidentais tratam as mulheres não-ocidentais como homogêneas, não reconhecendo suas diferenças culturais, sociais, geográficas e étnicas. Assim, o “[...] universalismo etnocêntrico retira das mulheres sua atuação histórica e política” (TICKNER; SJORBERG, 2013, p. 212, tradução nossa)²⁵ pois a visão de emancipação universal interpelada pelas feministas ocidentais não contempla as realidades das mulheres do Terceiro Mundo, que vivenciam as desigualdades sociais e econômicas, a falta de acesso à educação de uma forma mais próxima.

Assim, diversas feministas pós-colonialistas de Relações Internacionais Lisa Ling (2012) e Anna M. Agathangelou (2012) analisam a subordinação de gênero que tem interseccionalidade com outros níveis de dominação como: raça, cultura e classe, em que a busca

²³ “gender-based expectations that women are peaceful/passive in the Resolution’s justifications for including women in peace processes”

²⁴ “Their particular concern is colonial relations of domination and subordination established under imperialism.”

²⁵ “[...] this ethnocentric universalism robs women of their historical and political agency”

por corrigir as dominações/subordinações no próprio contexto cultural vai além do entendimento universal das necessidades das mulheres.

Com isso, as vertentes feministas abordadas demonstram a pluralidade com que o Terceiro Debate das Relações Internacionais, bem como a Terceira Onda Feminista, contribuiu para a construção crítica do movimento político e social feminista dentro e fora da academia. Porém, tendo a noção de que mesmo ocorrendo uma maior pluralidade teórica nas Relações Internacionais, sua visão ocidentalizada acaba por excluir visões feministas que criticam as construções sociais normativas ocidentais. Assim, mesmo nascendo a partir de uma visão positivista, o feminismo com sua evolução para revelar as relações de poder e de subordinação de dentro (privado) para fora (público), com as diversas vertentes apresentadas demonstra a natureza crítica do movimento e mostra-se uma escola que contrapõe os ideais positivistas e tradicionais nas relações internacionais.

3.2.3 Divisão epistemológica: Feminismo de Ponto de Vista e Feminismo Pós-Moderno

O caráter crítico das autoras feministas nas Relações Internacionais busca desenvolver não somente novas abordagens sobre a política internacional, segurança, guerra e outros temas do *mainstream*, busca também inserir o gênero e reconceitualizar a metodologia e a epistemologia das RI para que seja preciso, primeiro, diferenciar a metodologia da epistemologia. A metodologia feminista busca desafiar mais intimamente os temas centrais em conjunto com a teoria crítica, assim “[...] não se limita a descrever e explicar a política global, mas contribuir para a transformação da política global através da sua própria prática teórica” (ACKERLY; TRUE, 2006, p. 243, tradução nossa)²⁶. Assim, as teóricas feministas iniciam sua análise sociológica a partir das mulheres e dos homens e de suas experiências, seus contextos sociais e de gênero para aplicar na política internacional.

Já a epistemologia feminista busca questionar a produção do conhecimento como um processo racional e objetivo com o intuito de atingir uma verdade pura e universal. Assim “[...] visa [a] incorporação da dimensão subjetiva, emotiva, intuitiva do conhecimento, (...) abandonar a pretensão de ser a única forma de construir o conhecimento, (...) abrir campo para novos temas, novos objetos, novas questões como a sexualidade, emoção, loucura, prostituição, estudos sobre o homem” (CALVELLI; LOPES, s.d., p. 351). Desta forma, a contribuição feminista nas questões teórico-metodológicas é imperativa para o desenvolvimento dos estudos

²⁶ “[...] that not merely describes and explains global politics but that contributes to the transformation of global politics through its own theoretical practice”.

das ciências sociais, bem como para o desenvolvimento das teorias crítica e pós-colonialista nas RI.

Tendo em vista a exclusão das feministas positivistas dos debates feministas nas Relações Internacionais, Harding (1986) traz as diferenciações epistemo-metodológicas em três categorias: a primeira o feminismo empírico, mais voltado para as ciências naturais, o feminismo de ponto de vista e o feminismo pós-moderno que são epistemologias próprias das RI. Assim, o feminismo de ponto de vista pode ser considerado a forma mais tradicional do feminismo, onde procura inserir as questões de gênero nas relações de poder nas RI, chegando a se apresentar como uma forma alternativa ao realismo (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Sendo Nancy Hartsock, a primeira teórica a utilizar o termo em 1983, “[...] as circunstâncias materiais definem os limites para o que se pode ser conhecido” (LOCHER; PRUGL, 2001, p. 120, tradução nossa)²⁷ onde aponta que o grupo dominante é parcial e perverso, porém as estruturas das relações materiais obrigam o oprimido a interagir.

Assim, os oprimidos devem “[...] lutar por sua própria visão para expor as relações de existência desumanas” (LOCHER; PRUGL, 2001, p. 120, tradução nossa)²⁸ evidenciando o pensamento de que “[...] é preciso desenvolver o ponto de vista do subordinado através de análise e luta política contínua” (PAIVA, 2014, p. 35). Da mesma forma que Sandra Harding aponta uma “[...] crítica avaliação para determinar quais situações sociais tendem a gerar mais reivindicações objetivas de conhecimento” (HARDING apud LOCHER; PRUGL, 2001, p. 120, tradução nossa)²⁹ argumentando que as teorias feministas fornecem uma base maior para reivindicações com conhecimentos mais completos e menos distorcidos que a dos homens. Assim, o ponto de vista feminista fomentou uma maior mobilidade para a libertação das mulheres (LOCHER; PRUGL, 2001). Diversas teóricas pioneiras das RI trazem influências do ponto de vista como: J. Ann Tickner (1992) e Cynthia Enloe (1989), cujas abordagens têm como ponto central evidenciar a masculinização das RI e demonstrar que a inserção do gênero nas questões sociais e políticas implica em análises mais bem fundamentadas.

Em níveis ontológicos, essa categoria recebeu consideráveis críticas pelas pós-positivistas, com suposições de base essencialistas, nas quais as pós-positivistas apontavam que as análises de ponto de vistas embasavam-se em questões biológicas e psicossociais comuns e que colocavam a maternidade e o trabalho doméstico como garantias teóricas.

²⁷ “[...] that material circumstances set limits to what can be known, that the perspective of the ruling group”.

²⁸ “[...] must struggle for their own vision to expose existing relations as inhumane”.

²⁹ “[...] critical evaluation to determine which social situations tend to generate the most objective knowledge claims”.

O “ponto de vista feminista”, segundo Sylvester, toma como pressuposto a existência de uma maneira particular de conhecer a realidade própria às mulheres, ligadas às atividades reprodutivas que lhes são atribuídas caracteristicamente. Essas maneiras seriam comumente desvalorizadas e denegridas no campo científico por serem “instintivas”, “intuitivas” e/ou “emocionais” (MONTE, 2010, p. 43).

Hartsock refuta essas alegações, apontando a natureza marxista da categoria, porém reconhece que a contextualização histórica na qual era inserida, não permitia demais análises étnicas e sexuais, apontando a necessidade de pluralização da categoria.

O Feminismo pós-moderno ou pós-estruturalista pode ser considerado uma abordagem mais crítica, que parte do pressuposto de que o gênero é raramente uma categoria óbvia e bem definida, a qual é separada das questões políticas e culturais. Assim, acaba por abordar as contradições e paradoxos de definições da identidade de gênero na política internacional (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Tendo grande influência de Foucault e Derrida, carrega as noções do construtivismo ao acreditar na natureza socialmente construída, bem como produtora de relações de poder na qual buscam atingir a verdade universal (PAIVA, 2014). Entre as teóricas feministas que se encaixam nessa categoria são Hooper (1999) e Cohn (1987), as quais trazem “[...] análises da maneira como o masculino e o feminino são construídos no discursos de maneira hierárquica” (PAIVA, 2014, p. 36). Pode-se observar a combinação do pós-moderno e de ponto de vista em autoras como Syvester (1992), Harding (1986) e Haraway (1988), para as quais a existência de um empirismo feminista puro não é normativo na escola feminista. As distinções epistemológicas feministas podem acarretar em críticas entre as duas categorias como apontadas a seguir:

Apesar da divisão entre as epistemologias feministas facilitar a análise, não devemos através dela criar barreiras intransponíveis entre as diferentes perspectivas. As críticas mútuas entre feministas de ponto de vista e pós-modernas geram movimento e evolução no projeto feminista. As críticas pós-modernas servem para manter feministas de ponto de vista sempre atentas à maneira como o seu discurso é construído, e as relações de poder que estão embutidas nele (HARDING apud PAIVA, 2014, p. 36).

Com isso, pode-se observar que as posturas em relação ao estabelecimento de formas alternativas de soberania são distintas entre as duas epistemologias. Enquanto o ponto de vista feminista sustenta a posição de que as mulheres de forma geral produzem políticas diferentes e por isso podem providenciar uma soberania diferente, as feministas pós-modernas rejeitam essa posição por acreditarem que as questões que norteiam o poder e a soberania são construções sociais, e que somente uma mudança social em nível de desconstrução de padrões e maior

inserção de debates não ocidentais, elevaria as discussões sobre a hierarquização do gênero nos níveis de poder.

Outra epistemologia feminista é inserida em meio ao debate das RI, sendo ela a junção dos dois tipos (pós-moderno e de ponto de vista), o feminismo crítico, que adota essa conotação por buscar formas de emancipação de modo a ampliar os interesses do movimento, influenciam em uma forma alternativa de pensar sobre gênero na política internacional, bem como uma forma de mudança para construção de alternativas teóricas, reforçando o caráter desafiador do movimento feminista.

3.3 A abordagem feminista na Segurança Internacional

A partir de 1980, as abordagens pós-positivistas e pós-colonialistas começam a despontar em diversas áreas das Relações Internacionais e na Segurança Internacional passou por um processo de ampliação e aprofundamento de sua agenda. Com isso, as abordagens feministas passam a ter significativa importância como área de estudo após o final da Guerra Fria, em que o alargamento dos debates em torno de teorias que fossem alternativas às abordagens tradicionais de segurança acabam por inserir agendas “*soft*”³⁰, tendo a abordagem de ponto de vista feminista em segurança como objetivo “[...] identificar as margens do meio internacional alcançando maior expressividade” (MONTE, 2010, p. 45-46), que explana a prioridade em analisar a partir do indivíduo para o internacional.

Tendo o caráter de enfrentamento da teoria, na Segurança Internacional a abordagem feminista faz crítica direta às teorias tradicionais de Relações Internacionais, em especial ao Realismo e ao Neorealismo. Assim, sua principal crítica consiste na ausência da ótica de gênero nos estudos de Segurança Internacional, bem como nas políticas geridas a partir de Organismos Internacionais e de Estados que são essencialmente masculinizados. Entre as diversas formas de justificar as questões de gênero no campo, as diversas formas de dominação e subordinação feminina que são atingidas diretamente por políticas de defesa dos Estados acabam sendo as vítimas da violência internacional, tendo como exemplos: casos de estupros sistemáticos como forma de estratégias militares, explorações econômicas estruturais e o controle de natalidade em zonas de conflito, que impedem as mulheres de terem controle sobre seus corpos.

³⁰ Termo cunhado por J. Ann Tickner (2001), para referir a agenda de segurança mais ampla.

Com esse cenário de silenciamento das questões das mulheres em meio às decisões do Estado, a perspectiva feminista “[...] questiona a tradicional visão voltada para a relação entre os Estados para voltar a atenção aos indivíduos que são vítimas da violência” (SARFATI, 2007, p. 297), chamando atenção também para a construção patriarcal por trás das ações de violência empenhadas em meio a guerras e os discursos tanto políticos quanto acadêmicos sobre defesa e paz. No campo de pesquisa, o feminismo na Segurança Internacional pode ser dividido em duas linhas de pesquisa apontadas por Sarfati (2007), quais sejam, a primeira denominada de Pesquisas Empíricas Feministas e a segunda de Feminismo Aplicado.

As Pesquisas Empíricas Feministas são voltadas para investigar as opressões das mulheres vítimas das políticas internacionais. Entre os principais aportes está o estupro em meio a zonas de conflito, tendo Susan Brownmiller (1975) como uma das maiores estudiosas sobre o assunto. Ela aponta que o estupro é utilizado como arma de guerra, não sendo somente uma forma de violência, mas também uma forma de reafirmação da dominação masculina perante a mulher, transformando-a em um objeto de limpeza étnica e de desnacionalização. A violência doméstica também é levantada pela autora, porém na segurança internacional possui pouca expressão, por um lado por não ser entendida como fator internacional e por outro, ser considerada como uma questão do Estado, porém a autora aponta que por ser um evento universal possui caráter internacional, sendo necessária sua inserção em meio a questões internacionais.

No Feminismo Aplicado as questões de gênero são abordadas a partir da construção das estruturas de poder, tendo como principais pesquisadoras J. Ann Tickner e Cynthia Enloe, cujas Pesquisas de Paz iniciadas em 1980 desenvolveram abordagens que viam as fragilidades dos Estudos Estratégicos realistas, que tinham como ponto central a maximização do poder e manutenção do *status quo* como forma de manter as hierarquias sociais. Assim, em conjunto com a visão de segurança coletiva de Barry Buzan, como apontado a seguir:

Os estudiosos de segurança precisavam, portanto, teorizar a relação entre a segurança individual e a coletiva e analisar suas manifestações empíricas. (...) Buzan, trouxe o conceito de Estado para analisa-lo de acordo com sua base física, a ideia que o sustentava e sua expressão institucional (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 215).

A inserção do feminismo na segurança tem como ponto central a discussão sobre o conceito de indivíduo e um coletivo-estrutural de segurança, com sua notoriedade ocorrendo somente em 1980, com o início dos Estudos de Paz de 1972. Entre os principais trabalhos desenvolvidos estava sobre o papel de estudiosas que traziam uma visão diferente sobre a

guerra, a paz e a segurança (BUZAN, HASSEN, 2012). Tendo como uma das precursoras dos estudos feministas de Segurança, denominadas no primeiro grupo Elise Boulding (1984), que desenvolvia pesquisas sobre o posicionamento das mulheres em respeito aos gastos militares, a intervenções e exploração ambiental, do apoio a países pobres e a atuação da política externa. Assim, Buzan e Hassem colocam que Boulding via que:

O significado de gênero vai além de mobilizar as mulheres em processos eleitoral: elas possuem valores diferentes, comportam-se de modo mais cooperativo, favorecem epistemologias holísticas críticas e estão ‘mais interessadas em identificar sistemas alternativos de segurança do que estudar Controles de Armamentos’ (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 219).

Isto posto, a autora conclui que as mulheres são mais pacíficas do que os homens. A estudiosa de segurança feminista, Ruddick (1989), apresenta que as mulheres possuem um estilo cognitivo distinto dos homens (BUZAN; HANSEN, 2012), onde a construção do militar parte da masculinização, evidenciando a quantidade maior de homens no serviço militar, pois o raciocínio militar é masculinista, como a teoria de guerra justa. As teóricas do primeiro grupo apontavam que o gênero “[...] não é uma identidade biológica fixa, mas produzida por meio de práticas de socialização” (BUZAN; HASSEN, 2012, p. 220), assim o conceito de gênero é referente às estruturas culturais, políticas, sociais e discursivas, uma vez que “os conceitos de masculinidade e de feminidade não representam como as ‘mulheres’ e ‘homens’ realmente são, mas como se formaram ao longo uma complexa história política que situa a mulher dentro da esfera privada e o homem na pública (Elshtain, 1981) (Pateman, 1988)” (BUZAN; HASSEN, 2012, p. 220). Apresenta-se que o homem é constituído para ser o protetor da família, do patriarcado, do internacional, da política, enquanto a mulher é constituída para ser o apoio emocional, validando a romantização da coragem do homem.

O segundo grupo de estudiosas feministas na Segurança Internacional parte para uma abordagem sobre o desafio ao pacifismo das mulheres, tendo Sylvester (1987) como uma das principais teóricas desta geração, apontava que “[...] os perigos de fundir os projetos feministas aos de paz” (BUZAN; HASSEN, 2012, p. 220), uma vez que as mudanças se fariam necessárias para o entendimento que o pacifismo era biológico e cultural, ou nenhum dos dois, chegando à conclusão de que as mulheres tinham que ser objetos de estudos separados da segurança. Outra feminista importante para as abordagens feministas na Segurança Internacional é J. Ann Tickner, que reconhece a influência dos Estudos de Paz ocorridos no início de 1970 e tem seu objeto de pesquisa concentrado na mudança de referencial do Estado para o indivíduo.

Tendo adotado uma conceitualização multinível e multidimensional, a visão feminista abandona os pressupostos epistemológicos positivistas, essa abordagem nova trazia as experiências das mulheres para o centro do debate. Cynthia Enloe (1989), outro exemplo de pesquisadora feminista de segurança, tem como principal abordagem as mulheres em meio militar, apontando em seu estudo sobre prostituição estrutural em meio a bases militares que a função do gênero é tolerada enquanto submissa, porém a visão combativa das mulheres em protestos não é tolerada e é criminalizada.

A partir de 1980, com a inclusão dos termos “mulher” e “gênero” como objeto de referencial nos debates gerais da segurança internacional, permitiu-se que as análises fossem mais diretas, assim Tickner aponta que “gênero” é social e não biológico enquanto “mulher” mantém seu status referencial denominado natural, indo ao encontro do pensamento das feministas de ponto de vista, que veem a mulher como centro de seus debates. Assim, as pesquisas efetuadas a partir de então têm como ponto chave os relatos de mulheres afetadas pelas múltiplas práticas estatais como refugiados de guerras, violência doméstica entre outros exemplos trazidos por Buzan e Hassen (2012).

Em relação à segurança estatal, Buzan (2012) aponta que mesmo supondo que o estado “[...] deva fornecer segurança a todos os cidadãos” (BUZAN; HASSEN, 2012, p. 222), ocorrem diferenças decorrentes do gênero, ocorrendo diferenças em como as mulheres e os homens são afetados e nos problemas que são considerados estatais e internacionais. Desta forma, as mulheres, possuindo uma taxação de gênero socialmente construída, são vistas como pacíficas e frágeis por serem ameaçadas de diversas formas por não estarem nos discursos de segurança estadocêntrica, onde aponta-se que “mulheres e homens não são, em outras palavras, objetos de referência iguais perante o Estado” (BUZAN; HASSEN, 2012, p. 222), onde a insegurança das mulheres em meio a falta de representação nas políticas acabam por vitimizar as mulheres de diversas formas, como explanada a seguir:

As mulheres morrem de desnutrição, cuidados parcos com a saúde, danos ambientais e privações econômicas, questões que somente aparecem dentro dos Estudos Estratégicos até o ponto em que possuem impacto nas capacidades militares dos Estados (BUZAN; HANSEN, 2012, p. 222).

Com isso, é observável que a chegada do Feminismo nos Estudos de Segurança Internacional na década de 1980, é marcada pelas políticas dos grandes players internacionais, bem como pela tecnologia nuclear, nas questões humanitárias e na formatação bipolar que o mundo passava eram o pano de fundo das escritoras feministas. Outro fator é o militarismo

convencional e nuclear, que eram uma preocupação permanente dos Estados, de forma que as sociedades marginalizavam os problemas relacionados à segurança das mulheres em nível econômico e social.

A movimentação pacífica de mulheres desempenhou um importante papel na consolidação do movimento feminista pacifista, entretanto o fator crucial para a inserção das pesquisas feministas na Segurança Internacional pode ser o das dinâmicas internas dos debates acadêmicos, interligados aos processos de liberalização feminista ocorrido nos anos de 1960 e 1970. Assim, no início dos anos 1980 ocorre um crescimento na literatura feminista que acaba por findar na fundação, em 1988, do simpósio “Mulheres e Relações Internacionais” e, em 1990, na criação da sessão da Teoria Feminista e Estudos de Gênero da Associação de Estudos Internacionais na London School of Economics and Political Science (LSE) (BUZAN; HANSEN, 2012).

3.3.1 Definição de Segurança e Insegurança a partir da perspectiva feminista

Teóricos tradicionais de Relações Internacionais, principalmente os Realistas Clássicos Edwar Carr (2001) e Hans Morgenthau (2003), definem segurança normalmente nos termos de segurança de Estado, com a premissa de que um Estado seguro pode proteger seus limites fronteiriços e morais contra o Sistema Internacional definido como anárquico. Os Neorrealistas Kennedy Waltz, (2004) e Josef Nye (2009) focam na estrutura anárquica do Sistema Internacional, onde não há uma soberania capaz de regulamentar as ações e os comportamentos dos Estados. Essas duas visões retratam os Estados como atores centrais e unitários, cujas estruturas políticas domésticas não possuem importância perante a condição de anarquia do Sistema e, assim, são menos importantes para explicar as condições de segurança e de insegurança.

O comportamento de busca pelo poder e do crescimento da capacidade militar dos países a partir dessa perspectiva realista, pode ser visto como forma de aumentar as capacidades de poder com o objetivo de promover segurança e, assim, podendo influenciar em suas políticas internacionais. A partir da década de 1980, diversos teóricos de Relações Internacionais buscaram desafiar as explicações e desenvolver definições mais amplas de segurança, partindo da concepção social do Sistema Internacional. Tendo como referencial o apontamento de que desde 1945 as guerras travadas em nível mundial são essencialmente alimentadas por rivalidades étnicas e nacionalistas e não travadas em meio a fronteiras internacionais, os pesquisadores partiram suas análises no exame das inter-relações das ameaças militares com o

ambiente econômico e social. Uma vez que esses conflitos resultaram em um elevado número de vítimas civis por meio da violência estrutural que pode ser compreendida como: “a violência feita as pessoas quando suas necessidades básicas não são satisfeitas e a ocorrência da destruição ambiental em conjunto” (TICKNER; SJORBERG, 2013, p. 213, tradução nossa)³¹.

Diversos teóricos críticos de segurança começaram a definir segurança nos termos de ameaça ao bem-estar humano e sobrevivência, colocando a segurança do indivíduo e seu ambiente em patamares de Estados. Teóricas críticas feministas das Relações Internacionais (TICKNER, 2001) definem segurança a partir de termos gerais, com abordagens multidimensionais e multinível, na qual a diminuição de todas as formas de violência (física, estrutural, ecológica e verbal) é apresentada como prioritárias para a construção da segurança, da mesma forma que as ameaças à segurança podem se configurar na violência doméstica, no estupro, na pobreza, na subordinação de gênero, na destruição ecológica e por fim, na guerra.

Com isso, as feministas nas Relações Internacionais “[...] não só ampliam *o que significa* segurança, mas também *como a segurança é garantida*” (TICKNER; SJORBERG, 2013, p. 213, tradução nossa)³². Partindo de análises da parte inferior, tendo o indivíduo ou a comunidade como ponto central das abordagens ao invés do Estado, demonstra que a segurança das pessoas está relacionada diretamente com a política nacional e por consequência à política internacional e em como as políticas internacionais impactam na segurança do indivíduo. Algumas pesquisas apontadas por Tickner (2013) demonstram que os indivíduos que são marginalizados pelos Estados podem ter sua segurança comprometida por políticas de segurança de seu Estado que impactam diretamente na sua vida ou na comunidade em que vivem. A autora traz o exemplo de empregadas domésticas estrangeiras exploradas na Malásia que, considerado como uma questão doméstica, foi consentida pelo governo malásio a exploração como forma de diminuir as tensões étnicas que estavam inflando motins e causando ameaças à segurança nacional (TICKNER, 2013).

Katharine Moon, em seu estudo sobre prostituição na obra “In Sex Among Alliens”, de 1997, apresenta que na Coreia do Sul a prostituição transformou-se em uma questão de alto nível da política de segurança norte-americana e coreana. Isso é observado a partir de que a limpeza dos campos de prostituição por meio de imposições de normas de saúde e monitoramento das trabalhadoras estava diretamente ligada ao reestabelecimento do ambiente mais hospitaleiro para as tropas norte-americanas.

³¹ “the violence done to people when their basic needs are not met—and to environmental destruction”.

³² “[...] not only broaden *what security means* but also *who is guaranteed security*”.

Os dois exemplos demonstram como o pensamento da segurança nacional é refletido na insegurança das mulheres, que são em sua maioria vulneráveis e marginalizadas. Desta forma, é apontado por Tickner e Sjoberg (2013) a necessidade de redefinir e repensar sobre os assuntos de segurança, para diferenciar as noções de segurança e principalmente garantir as vidas.

Dentro desse panorama de insegurança, Tickner e Sjoberg (2013) fazem uma análise para compreensão econômica da insegurança, verificando os impactos do gênero na guerra principalmente sobre a segurança do indivíduo. O estudo feminista sobre a economia e segurança enfatiza as vulnerabilidades econômicas das mulheres, que possui níveis assimétricos pelas diferenças socioeconômicas, de etnia, classe e localização geográfica, proporcionando em escala socioeconômica uma desproporcionalidade em relação a mulheres e aos homens. Em busca de explicar essas assimetrias, estudiosas feministas ³³ iniciam suas pesquisas na Divisão Sexual do Trabalho datada do século XVII, na Europa em que as definições de macho e fêmea foram polarizadas de maneira que a crescente divisão entre o doméstico e o externo acaba por ser o pilar da consolidação do capitalismo.

A divisão do “trabalho de casa” acabou por colocar as mulheres no âmbito privado e os homens no âmbito público e da produção. Inicia um processo de naturalização dos papéis de gênero, onde a mulher é vista como maternal, cuidadora, dona de casa e pacífica, suas funções no mercado de trabalho tendem a ser escolhidas de acordo com a socialização da mulher. A proporção de força de trabalho da mulher no capitalismo contemporâneo pode ser compreendida pelas definições de “donas de casa”, ao invés de trabalhadoras domésticas, e assim acabam por marginalizar uma categoria e invisibilizar as mulheres que atuam na área. Isso faz com que ocorra um maior nível de pobreza entre as mulheres e o gênero sendo crucial sobre o papel e o valor no mercado, na qual as contribuições da invisibilidade das mulheres no desenvolvimento econômico sugere um nível maior de insegurança.

Com isso, as Teóricas Críticas de Segurança demonstram que o gênero é de importância ímpar como forma de análise, por proporcionar compreensões diferentes de segurança e insegurança no âmbito das Relações Internacionais, bem como seu desdobramento em diversas áreas de estudo e suas consequências na sociedade moderna, interpelam nos comportamentos dos Estados e das suas políticas internacionais, revelando os diversos níveis de subordinação e dominação em meio às relações intra e interestatais.

³³Ver mais na página 32 no presente trabalho.

3.3.2 Redefinições de Segurança a partir do feminismo

Durante a Primeira Guerra Mundial, ocorreu o Congresso Internacional de Mulheres em Haia, tendo sido a reunião convocada para protestar contra a guerra. A ativista Jane Addams apontou a necessidade de um novo internacionalismo que poderia substituir as formas de nacionalismos que acabam por fomentar as guerras que devastam o mundo. Ela baseia seu posicionamento a partir do pensamento que devido à posição de civis que não poderiam ser protegidos em meio à guerra, torna-a um instrumento obsoleto da política internacional, por não assegurar proteção aos civis. Assim, o Congresso aprovou uma resolução para acabar com a guerra, no entanto, Addams, que se encontrou com Woodrow Wilson para formulação de uma resolução de paz, não teve seu nome citado entre os formuladores, evidenciando a invisibilidade das mulheres nas questões de formulações de políticas internacionais e de segurança (TICKNER, 2001).

As propostas de Addams vão ao encontro das noções de segurança comuns da década de 1980, que definiram a segurança como “termos associados com distinções binárias entre anarquia e da ordem” (TICKNER, 2001, p. 61, tradução nossa)³⁴, sendo também encontradas as relações sociais de desigualdade e insegurança. A diminuição da violência em níveis individual para o estatal, bem como as diversas formas de violências (física, verbal, estrutural e ecológica). A perspectiva feminista em segurança por partir de uma abordagem dos marginalizados das estruturas de poder, anda em conjunto com a segurança humana partindo da preocupação central nos indivíduos e a comunidade, ao invés do Estado e o Sistema Internacional.

A noção de insegurança em torno das mulheres pode ser observada em diversos níveis, em meio privado, com a violência doméstica, em nível estatal com o estupro e em nível internacional com o estupro, fome, crimes de guerra entre outros. Assim, as noções de segurança tradicionais tendem a proteger as hierarquias de gênero, ocorrendo o silenciamento e diminuição das mulheres e de alguns homens nas resoluções e nas ações de segurança. Com isso, Tickner traz as pontuações de Sylvester sobre a necessidade de segurança e as mulheres como agentes da própria segurança:

De acordo com Christine Sylvester, a segurança é ilusória e parcial e envolve luta e contenção; é um processo, em vez de um ideal em que as mulheres devem agir como

³⁴ “terms associated with binary distinctions between anarchy and order”

agentes na prestação de seu próprio segurança (TICKNER, p. 62, 2010 tradução nossa)³⁵.

Em relação às hierarquias sociais, as quais são intimamente ligadas às relações de poder e de gênero construídos na sociedade, as feministas de segurança são sensíveis às diferenças de manifestações de tais hierarquizações. Reforçando o intuito emancipatório da segurança, que consiste em “[...] expor estas diferentes hierarquias sociais, compreender como elas constroem e são construídas pela ordem internacional, e trabalhando para desnaturalizar e desmantelá-las” (TICKNER, 2001, p. 62, tradução nossa)³⁶, ocorrendo o questionamento do papel do Estado como principal provedor de segurança, aderindo um senso de responsabilidade sobre as políticas de segurança, levando uma análise diferenciada sobre o poder, a capacidade militar e sobre a segurança convencional empenhada pelos Estados.

O viés militar para garantia das ameaças externas contra os Estados e a militarização da população é contraditório para as feministas, que em relação aos indivíduos e principalmente às mulheres, não são incluídas nas definições militares como parte do corpo militar dos Estados e que legitimam como um tipo de ordem social o uso da violência para valorizar o Estado, manter sua posição e sua zona de influência. Nos conflitos, é apontado que quanto mais o Estado se preocupa com a segurança nacional, menos os cidadãos e principalmente as mulheres, crianças e idosos possuem segurança física (SHARONI, 2001). A violência do Estado é vista como aporte para sustentar orçamentos militares, mesmo que estejam em paz, e as políticas sociais acabam sendo colocadas como supérfluas e descartáveis.

Assim, a visão feminista de segurança é definida fora da centralidade social, na qual as relações de gênero são utilizadas para as análises de gênero de forma que contribuam para os apontamentos de desigualdades estruturais que compõem o sentido de insegurança dos indivíduos no Estado e no Sistema Internacional. Assim, as formas realistas de construções de fronteiras e o anarquismo compõem os perigos e conseqüentemente as políticas de segurança que tem como objetivo manter o estadocentrismo e as estruturas de gênero já firmadas. Com as análises interrelacionais pelas feministas, são identificáveis diversos níveis da insegurança, como colocado no subcapítulo anterior, onde a mulher, por ser mantida no âmbito privado, acaba por não ter alcance às leis, políticas públicas e segurança que o Estado é o principal provedor. Com isso, as feministas questionam a afirmação do Estado como provedor da

³⁵ “According to Christine Sylvester, security is elusive and partial and involves struggle and contention; it is a process, rather than an ideal in which women must act as agents in the provision of their own security”.

³⁶ “[...] exposing these different social hierarchies, understanding how they construct and are constructed by the international order, and working to denaturalize and dismantle them”.

segurança, tendo como base os limites que delimitam essa segurança e as características das diversas ideologias nacionalistas e familiares que são denominadas como seguras para os indivíduos, porém não garantem a segurança para todos os indivíduos envolvidos nessas relações sociais, pela posição de subordinação das mulheres a ocorrência de violências no cerne familiar ocorre de forma corriqueiramente.

Assim, Tickner (2001) coloca que na maioria das sociedades, as famílias frequentemente estão além do alcance das leis dos Estados, e que em muitos casos as leis locais permitem a violência contra a mulher de forma institucionalizada e, portanto, é vista como funcional para manter os costumes e identidades dos Estados (TICKNER, 2001). Por isso, esse assunto de violência doméstica não é considerado para os estudos na Segurança, mas as diversas feministas estão demonstrando que o assunto de violência doméstica possui diversos níveis de interpretação e está interligado diretamente às políticas efetuadas pelos Estados.

Em relação às legitimações das ações dos Estados, as feministas apontam que é fundamental lembrar que os membros são essenciais para o comportamento da segurança, levando à legitimação das ações por associar-se a certos tipos de masculinidades hegemônicas, que permitem estreitar as relações entre os Estados e permitem, de forma legítima e ilegítima, contribuindo para as diversas formas de subordinação que as mulheres são colocadas e o silenciamento das questões relacionadas ao gênero nas políticas internacionais.

Alegando que o pessoal não pode ser separado da política internacional, as feministas têm sugerido que as questões de insegurança pessoal e o internacional não são independentes. Esta é uma pergunta que merece uma investigação mais empírica (TICKNER, 2001 p. 63, tradução nossa)³⁷.

Por fim, é possível observar que a perspectiva feminista na segurança parte de diferenças epistemológicas e ontológicas para analisar aspectos convencionais dos estudos de segurança, bem como inserir novas abordagens e novos assuntos. Partindo do pressuposto que a cultura e a identidade dos Estados são de importância ímpar para a construção dos comportamentos em níveis local e internacional de segurança, as feministas buscam em suas pesquisas estar mais próximas dos sujeitos, dos atores sociais exercendo uma crítica contínua ao *mainstream*. Tendo como um dos objetivos centrais o pensamento da segurança como emancipatório e mais próximo à Teoria Crítica, na qual os questionamentos sobre as estruturas estadocêntricas e

³⁷ “Claiming that the personal cannot be separated from the political and the international, feminists have suggested that issues of personal and international insecurity are not unrelated. This is a question that deserves further empirical investigation”.

convencionais passam a ser os elementos essenciais das análises de seguranças feministas, para construção de abordagens que abranjam além das definições de segurança tradicionais.

4 A GUERRA SOB A ÓTICA FEMINISTA

A percepção feminista sobre a guerra toma forma com o alargamento dos estudos das Relações Internacionais após a Guerra Fria. Com o crescimento dos estudos de Segurança Crítica e de Segurança Humana, os estudos feministas de Segurança Internacional surgiram como uma teoria para desafiar as concepções e noções tradicionais do *mainstream*. Desta forma, a evolução dos estudos sobre conflitos e guerra passa a fazer parte da agenda de pesquisa de diversos institutos, bem como torna-se de importância ímpar para o entendimento dos mecanismos de poder que regem o sistema internacional, transportando-os para uma noção de gênero e assim ampliando seus impactos em meio à sociedade civil e seus agentes internos.

4.1 O Feminismo nas questões de guerra.

O século XX pode ser considerado o berço dos grandes conflitos militares e ideológicos empenhados pela humanidade após a Revolução Francesa (HOBSBAWM, 2995), em que a concepção do apogeu civilizatório na Europa, com o aprimoramento tecnológico com o surgimento dos automóveis, submarinos, energia elétrica, a utilização do aço pela indústria, a fotografia e o cinema, levava o velho continente a pensar que enfim tinham encontrado o nível civilizatório para a construção da paz perpétua kantiana. Esse período ficou conhecido como a *Belle Époque*, ao mesmo tempo em que o mundo vivia a Paz Armada, a qual se estendia por quase cem anos sem grandes conflitos desde a derrota napoleônica de 1815. O mundo ocidental possuía desde então conflitos menores e de resolução rápida como a Guerra Franco-Prussiana (06/1870-05/1871), que seria a última etapa para a unificação alemã em 1871.

Desta forma, os europeus viam a guerra como uma demonstração de atraso e de inferioridade que assolava os povos considerados arcaicos dos continentes que eram o palco principal da corrida imperialista, como a África e a Ásia (RILEY; MOHANTY; PRATT, 2008). Da mesma forma, crescia a corrida armamentista que culminava em um ambiente de insegurança constante aos europeus, onde as disputas por mercados consumidores e a evolução do capitalismo aumentava a rivalidade econômica e nacionalista no continente. Inicia-se, então, uma corrida imperialista entre os principais países da Europa. A Alemanha, recém unificada, buscava um lugar como grande potência ocidental, porém com a unificação tardia seu mercado consumidor acaba por ficar limitado, onde almejo às colônias de países já consolidados no

Sistema Internacional acabou por desenvolver rivalidades imperialistas em meio a corrida imperialista.

Em 1885 ocorre a Conferência de Berlim, com o objetivo de organizar a partilha da África entre os países colonizadores, resultando em uma divisão territorial que não respeitou as relações étnicas, familiares e políticas dos povos africanos. Assim, as disputas territoriais acirradas entre os países colonizadores acabaram por ser causa de diversas disputas, construindo a base para o conflito em curso. Com isso, as rivalidades entre Inglaterra e Alemanha, o panslavismo russo, o pangermanismo e o revanchismo francês acabaram por formar o pano de fundo do primeiro conflito considerado em níveis mundiais.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1919), ou Grande Guerra como era chamada na época, resultado das rivalidades nacionalistas, disputas econômicas e do imperialismo europeu entre a Tríplice Aliança constituída pela Alemanha, Austro-Hungria e Itália e a Tríplice Entente constituída por França, Rússia e Inglaterra, pode ser dividida em três fases: a Guerra de Movimentação (1914-15), considerada a primeira fase, onde as forças em conflito possuem certo equilíbrio. A Alemanha coloca em prática o Plano Schlieffen, com o objetivo de invadir a França através da Bélgica, posteriormente indo de encontro com a Rússia, resultando em um saldo de 5 milhões de mortes no primeiro ano do conflito. Esta fase é marcada pela ofensiva alemã, onde os ingleses decretaram o bloqueio naval à Alemanha e seus aliados como forma de deter os alemães, enquanto a França bloqueava o avanço alemão na batalha de Marne; a Guerra de Trincheiras (1915-17) considerada como período de estagnação nos avanços territoriais, é marcada pelo horror das trincheiras onde as tropas passavam fome, frio, ferimentos constantes e a falta de medicamentos, falta de higiene e, em conjunto com a Gripe Espanhola de 1918, teria matado mais de 4 milhões; por fim, a Nova Guerra de Motivação (1917-18) onde ocorrem importantes alterações nas posições dos países aliados que acabariam por definir o final da Guerra. Em um cenário em que a Rússia retira-se da guerra devido à revolução que ocorria em seu território, os Estados Unidos entram na Guerra ao lado da Entente, concentrando o conflito na fronteira entre a Alemanha e a França.

Nesta fase, a Alemanha possuía uma crise econômica e social enorme em resultado das derrotas no *front*. Assim, em 1918, o Kaiser Guilherme II abdica e proclama a República de Weimar, liderada pelo partido Socialdemocrata, onde esse novo governo acaba por assinar o armistício de Compiègne, em 1918, colocando um fim na Guerra. No ano seguinte ocorre a Conferência de Paris, que reuniu os vencedores da Guerra e culminou no Tratado de Versalhes, que impunha diversas indenizações e restrições à Alemanha e o pensamento idealista emerge nas relações internacionais com o objetivo de entender as causas da guerra, criar mecanismos

para manutenção da paz e do equilíbrio de poder. A percepção de que o ideal da política internacional para manutenção da paz estava na cooperação entre os Estados, com a criação de instituições internacionais que regrassem o Sistema Internacional foi o principal pilar para o nascimento da Liga das Nações, em 1919 em conjunto com a manutenção do status quo no pós-guerra, como colocado a seguir:

O artigo 10 do Pacto da Liga, que obrigava seus membros a "respeitar e preservar contra agressões externas a integridade territorial e a independência política existente de todos os membros da Liga", reconhecia como um dos propósitos da Liga a manutenção do *status quo* territorial, como estabelecido nos tratados de paz de 1919 (MORGUENTHAU, 2003, p. 90).

Woodrow Wilson, então presidente estadunidense, formulou em “Os 14 pontos de Wilson” (1917), no qual estabelecia as principais diretrizes idealistas para a criação de um organismo internacional que consistia na noção de Segurança Coletiva. O ideal do Estado norte-americano se fazia presente nas diretrizes para cooperação internacional para manutenção do *status quo*, no pós-guerra, tendo como principal eixo de atuação a busca pelo equilíbrio as políticas de poder estavam interligado com a paz:

A Liga das Nações foi criada para assegurar a paz e remodelar as relações internacionais no período pós-guerra, porém o não ingresso dos Estados Unidos no organismo internacional demonstrou que a nova dinâmica internacional no pós-guerra e o rearranjo internacional das grandes potências no entre guerras, acabou por fundar a Liga das Nações, iniciando um período de instabilidade política. Ao fim da década de 1930, o mundo via o surgimento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Com o sentimento de revanchismo contra as Resoluções adotadas ao final da Primeira Guerra, os países perdedores da Primeira Guerra Mundial que passavam por insatisfações perante o *status quo* e viam o Tratado de Versalhes como injusto. A guerra então se inicia com o avanço alemão sobre a Polônia, tendo como resultado imediato uma corrida no velho continente contra a ameaça eminente da Alemanha contra o equilíbrio de poder que configurava a política internacional desde o final da Primeira Grande Guerra. Assim, a formação de alianças entre as maiores potências ocidentais iniciou a guerra. Os Aliados, grupo composto por União Soviética, Estados Unidos, Grã-Bretanha e outros, lutavam contra o Eixo, composto pela Alemanha, a Itália e o Japão e outros. A utilização de todas as forças e capacidades econômicas na guerra a configurou em uma Guerra Total, onde a sobrevivência e manutenção do *status quo* era efetuada pelos embates, como apresentado por Edward H. Carr:

A suprema importância do instrumento militar repousa no fato de que a *ultima ratio* do poder, nas relações internacionais, é a guerra. Todo ato do Estado, no aspecto do poder, está dirigido para a guerra, não como uma arma desejável, mas como uma arma que pode ser necessária como último recurso (CARR, 2001, p. 143).

Com o fim da paz, a perspectiva idealista saía de cena e o realismo passava a ser predominante em meio ao sentido de insegurança global instaurado. Assim, o mundo emergia no ideal realista, no qual a maximização do poder e a manutenção do *status quo* projetam o mundo na busca pelo poder total, onde as demonstrações de poder perante os inimigos com a evolução das armas nucleares foram o ponto principal para o sentido do uso do poder como forma de coerção perante o inimigo. Ao final da guerra, em 1945, com a Alemanha e Itália derrotadas e o Japão destruído com os ataques com bomba atômica em Hiroshima e Nagasaki, restou um saldo de 35 a 50 milhões de baixas, sendo 15 milhões de europeus entre esses a metade civis.

Em suma, o final da Segunda Guerra Mundial inaugurou um novo modelo de guerra com tecnologias militares como a utilização de aviões bombardeiros, tanques de guerra, armas biológicas e o apogeu das armas nucleares, evidenciando as diferenças dos modelos de guerra empenhados até então. Para deter a ameaça gerada pelo alto potencial letal demonstrado na Guerra, houve a criação da Organização das Nações Unidas, em 1945, como forma de modelo de cooperação e de contenção das ameaças por meio de organismos internacionais. Assinado pelas maiores potências mundiais como União Soviética, Estados Unidos, China e Reino Unido, o tratado constitutivo da ONU tinha como objetivo implementar um novo modelo de Segurança Coletiva onde seria “uma organização universal, baseada no princípio da igualdade entre os Estados soberanos” (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 97), estando impedidos de participar os derrotados na guerra: Alemanha, Itália, Japão e Espanha.

Enquanto a Primeira Guerra Mundial podia ser enquadrada em dois modelos distintos: “guerra acidental contra agressão planejada (...) retratada como uma espiral de hostilidade indesejada” (NYE, 2009, p. 135), que poderia ser evitada com o apaziguamento; a Segunda Guerra Mundial foi definida como “a incapacidade de intimidar a agressão desejada por Hitler” (NYE, 2009, p. 135). Desta forma, é necessário entender que os dois modelos apontados por Nye não são concretos para explicar os dois conflitos mundiais, como mencionado abaixo:

A Primeira Guerra Mundial não foi puramente acidental e a Segunda Guerra Mundial, pelo menos no Pacífico, não foi meramente uma agressão planejada de Hitler. A maior lição é se precaver contra modelos históricos excessivamente simples (NYE, 2009, p. 135).

Ao final da segunda metade do século XX, o mundo se via em meio a uma “hostilidade intensa sem uma guerra de verdade” (NYE, 2009, p. 135), onde o medo de um novo conflito armado entre as superpotências, agora com poderio nuclear, configurou a Guerra Fria como um embate ideológico entre as duas potências emergentes da Segunda Guerra Mundial: Estados Unidos e União Soviética, que configuravam a bipolaridade instaurada no mundo desde o final da Segunda Grande Guerra. Por seu caráter de conflito indireto, os embates se davam nas periferias com a Guerra do Afeganistão (1979-1989), Guerra do Vietnã (1955-1975) e a Guerra das Coreias (1950-53). Durando praticamente quatro décadas, a Guerra Fria pode ser considerada como um “[...] período de estendida que não terminou em uma guerra entre duas superpotências” (NYE, 2009, p. 142), mas em desdobramentos ideológicos que partiram o mundo em dois blocos opostos: o Comunismo e o Capitalismo.

O conflito ideológico entre os dois blocos representou, de acordo com Monica Herz e Andrea Hoffmann (2004), uma intensificação do processo de globalização e interdependência permitindo que “[...] a forma que o modelo ocidental de organizações e governança das sociedades nacionais, baseado no tripé: economia de mercado, democracia e direitos humanos se universalizasse” (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 112). Entretanto, partindo da perspectiva feminista de Segurança Internacional, aponta-se que os dilemas de segurança durante a Guerra Fria colocaram questões de insegurança e de violência extrema em diversos níveis na sociedade (SYLVESTER, 2009). Essas questões foram evidenciadas nos conflitos em diversas zonas periféricas, com a ocorrência de violações sistemáticas de direitos humanos e o uso de extrema violência, como na Guerra do Vietnã que resultou em um saldo de 1 a 2 milhões de vietnamitas civis e militares mortos, afetando a economia ativa do país provocando uma grave crise econômica e social no país até os dias atuais.

A partir 1990 até 1999, as guerras que o mundo presenciava não eram conflitos efetuados por dois ou mais Estados soberanos, mas conflitos conotados como guerras civis e muitas delas internacionalizadas, envolvendo potências externas como fornecedores de armamentos, combatentes e suprimentos militares em geral. Em torno de 6 milhões de pessoas morreram nesse período em decorrência dos conflitos civis no período pós-Guerra Fria, uma vez que esses conflitos, não estando no radar da política internacional, possuem pouca atenção da mídia, resultando em conflitos longos e muitas vezes confinados em regiões de um país, distanciando o mundo do conflito (SKJELSBÆK; SMITH, 2001). Foi o caso de Ruanda, em 1994, em que o massacre perpetrado pelos hutus extremistas contra os tutsis em sua maioria e hutus moderados acabou com um saldo de mais de 500.000 milhões de mortes, com a

ocorrência de estupros em massa e mais de 5.000 mil execuções de crianças geradas por essas violações.

Os estudos feministas sobre a guerra buscam compreender como a construção patriarcal do Sistema Internacional impacta nas relações de guerra e paz dos países. De acordo com Skjelsbaek e Smith, ignorar as questões de gênero nos conflitos acaba por masculinizar as normas internacionais e assim torná-las uma representação da norma humana. Assim, como apontado a seguir, o reconhecimento do gênero nas tomadas de decisão é importante para se conhecer a realidade nos conflitos, aproximando os formuladores de decisão ao conflito:

O ponto não é ajustar as Resoluções de conflitos de modo que o gênero seja inserido em pontos apropriados, mas sim compreender que ignorar a dimensão do gênero da realidade social torna impossível abordar elementos cruciais para resolução de conflitos (SKJELSBAEK; SMITH, 2001, p. 2-3, tradução nossa)³⁸.

Os autores apontam que a invisibilidade do gênero em questões de relações internacionais e em especial na guerra, acarreta uma configuração basicamente masculina. Pela política internacional ser marcada por poucas líderes mulheres, como Margaret Thatcher, Gro Harlem Brundtland e Indira Gandhi, o desenvolvimento de uma linha de argumentação na qual colocam que as mulheres são raramente responsáveis sobre as decisões de ir à guerra, argumentando que as mulheres são consideradas mais pacíficas, então as resoluções de paz seriam mais inerentes às mulheres do que aos homens. No entanto, os autores abordam que essa estereotipação do gênero acaba por impactar nos estudos de paz e de conflitos de forma que trabalhos elaborados por teóricas feministas como Enloe (1983, 1989), Tickner (1992) e Elshtain (1987), após a Guerra Fria, evidenciaram que a introdução do gênero nos conflitos e na política internacional – na qual são marginalizados – acabam por trazer uma crítica aos impactos gerados por políticas internacionais tradicionais e exploram de forma inerentes como as investigações de paz são desprezadas pelas grandes potências.

Em detrimento dos estudos feministas sobre conflitos, as baixas civis são enfatizadas, não somente em números, mas incluem as mulheres, crianças, idosos, homossexuais, entre outros grupos de minorias que acabam por perder suas vidas em meio aos combates. Embora não haja um número exato das vítimas das guerras, por não serem todas contabilizadas, é possível observar um aumento das baixas civis desde a Primeira Guerra Mundial até os conflitos atuais. Na Segunda Guerra Mundial o número de civis mortos no conflito pode ser estimado

³⁸ “The point is not to adjust conflict resolution so that ‘and gender’ is inserted at appropriate points, but rather to understand that ignoring the gender dimension of social reality makes it impossible to address crucial elements of conflict resolution”.

entre a metade a dois terços de todas as mortes na guerra, que inclui: mortes nos campos de extermínio nazistas, os massacres e os bombardeios efetuados na guerra (TICKNER, 2001).

Nos conflitos atuais é considerado que 75 % das mortes são de civis, pelo fato das guerras serem efetuadas em áreas civis, onde atualmente esses conflitos possuem uma conotação própria, chamados de Guerras Irregulares³⁹, por não configurarem um combate entre Estados diretamente e por utilizarem o meio civil como principal campo de atuação. Desta forma, “[...] a guerra foi trazida à população civil” (SKJELSBAEK; SMITH, 2001, p. 3, tradução nossa)⁴⁰, onde as mortes de civis não sendo mais consideradas como um “dano colateral”, termo utilizado pelos Estados Unidos sobre as vítimas vietnamitas dos conflitos, mas alvos específicos para o sucesso da guerra, como demonstrado nos casos a seguir:

[...] assim, como a economia, a indústria de infraestrutura – foram os objetos do terror na Segunda Guerra Mundial, culminando nos ataques em Hiroshima e Nagasaki em agosto de 1945. Os civis também foram alvos de limpeza étnica na guerra da Bósnia e Herzegovina em 1992-95, e do genocídio em Ruanda, em 1994. Em ambos os casos recentes de massacres tendem a descrever a violência como fruto de uma orgia de ódio. Desde então surgiram evidências de que ambos os casos de fato estavam sendo planejados a sangue frio (SKJELSBAEK; SMITH, 2001, p. 4, tradução da autora)⁴¹.

Com isso, a guerra ocorrendo em meio civil acaba por trazer maior sofrimento, sobretudo para as mulheres, com violências misóginas por serem efetuadas a partir das diferenças dos sexos que são extremamente vinculadas à construção patriarcal da sociedade, por seu histórico de subjugação da mulher como um mero objeto de satisfação em meio a guerra. Como resultado, as mulheres e as crianças constituem o maior número de refugiados, devido à violência e ao sofrimento a que são submetidos na guerra. Os dados informados até o final de 2015 pelo relatório “Tendências Globais”, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), relatam que cerca de 65,3 milhões de pessoas são deslocadas por guerras e conflitos. Por não distinguirem por gênero e idade, no relatório de 1993 é apontado que cerca de 80% dos refugiados de conflitos internacionais eram mulheres e crianças. Esses números podem ser explicados pelo fato dos homens serem levados para a luta armada ou pelo fato de que no âmbito civil os homens serem mortos e as mulheres e crianças serem expulsas.

³⁹ Ler mais em: VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular**: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. São Paulo: Contexto, 2009.

⁴⁰ “War has been brought to the civilian population”

⁴¹ “[...] as well as the economic and industrial infrastructure – were the targets of strategic terror bombing in World War II, culminating in the nuclear strikes on Hiroshima and Nagasaki in August 1945. Civilians were likewise the targets of ethnic cleansing in the war in Bosnia and Herzegovina in 1992–95, and of the genocide in Rwanda in 1994. In both these recent cases, Western media initially tended to depict the violence as the result of a frenzied orgy of hatred. Evidence has since emerged to show that in both cases the killing was in fact planned in cold blood”

A violência em meio às guerras também é efetuada por meios específicos como apontados por Skjelsbaek e Smith, como o estupro, em sua forma majoritária de mulheres, sendo as ocorrências de estupros de homens quase inexistentes. Desta forma, a violação em meio às guerras afeta de forma sistêmica as mulheres em prisões, campos de refugiados e como instrumento de guerra, como utilizado em Kosovo, em 1999 O estupro se tornou uma arma de desnacionalização da população, da mesma forma que ocorreu no Quênia em 1992 e 1993, os estupros de mulheres e meninas por soldados somalis e grupos dissidentes desse exército, bem como pelos rebeldes. O estupro, mesmo sendo considerado crime de guerra e violação dos direitos humanos, ainda é utilizado como arma de guerra, como no caso mais recente de estupros de mulheres curdas e sírias pelo Estado Islâmico e o caso de rapto de meninas nigerianas para serem escravas sexuais do grupo terrorista Boko Haram em meados de 2014. Assim, é possível afirmar que o:

[...] uso deliberado e sistemático do estupro é uma extensão do uso do estupro como um meio de tortura, do qual há muitos relatos ao longo dos anos e em muitos Estados. A violação é usada não apenas para atacar a mulher, mas, através dela, para atacar outro alvo-alguém a quem ela acredita estar protegendo, por exemplo, um camarada de armas (SKJELSBAEK; SMITH, 2001, p. 5, tradução da autora)⁴².

Os casos de estupro e conflitos exploram tanto a vulnerabilidade quanto a vergonha e o sentimento de impureza que essas mulheres são acometidas, por estarem condicionadas às relações de poder patriarcais, levando a rejeições dos parceiros, de suas famílias e de suas comunidades. Casos de estupro em massa ocorridos em Bangladesh em 1972 são exemplos da rejeição familiar, estimando-se que tenham sofrido com o repúdio cerca de 200.000 mulheres que foram estupradas por soldados paquistaneses. Assim, é evidente que “[...] a violação em massa é uma forma de aterrorizar os indivíduos, as comunidades, e se feito numa escala suficientemente grande, todo um grupo étnico” (SKJELSBAEK; SMITH, 2001, p. 5, tradução nossa)⁴³, transformando-a em uma arma implacável para reconstrução daquele país. Desta forma, as mulheres em conflitos são as principais vítimas de crimes de violação, porém são marginalizadas como agentes e acabam sendo invisíveis tanto em meio político quanto militar.

⁴² “[...] this deliberate and systematic use of rape is an extension of the use of rape as a means of torture, of which there have been numerous accounts over the years in many states. Rape is used not simply to attack the woman but, through her, to attack another target – somebody whom she is believed to be protecting, for example, a male comrade in arms”.

⁴³ “[...] rape is a way to terrorize individuals, communities and, if done on a large enough scale, an entire ethnic group”.

As teóricas feministas apontam que a inclusão de mulheres nas forças armadas não teria como objetivo “[...] mudar a cultura das forças, mas simplesmente utilizar suas habilidades e motivações e assim, obter uma base de recrutamento mais vasta” (SKJELSBÆK; SMITH, 2001, p. 7, tradução da autora)⁴⁴ pois a masculinização dos exércitos é a principal característica das forças armadas (ENLOE, 1993). Com isso, J. Ann Tickner (2001) coloca que a associação entre masculinidade e a guerra é fundamental para as investigações feministas sobre o assunto, pelo fato de que os treinamentos misóginos são vistos como necessários para ensinar os homens a lutar, reproduzindo uma formação que denigre qualquer assimilação ao que é feminino, implicando em uma cultura que inferioriza o feminino e enaltece a virilidade e a masculinidade.

Entretanto, a atuação de mulheres nas forças armadas das grandes potências militares como Estados Unidos, Rússia e China, representa um pouco menos de 85% do contingente feminino em exércitos em escala mundial (SKJELSBÆK; SMITH, 2001). Desses, representam 2,5 % do contingente total de 22 milhões de soldados. Em países como Austrália, Canadá, China, Nova Zelândia, África do Sul, Rússia e Estados Unidos, demonstra-se que as mulheres compõem 10% do contingente militar regular. Outro país que possui uma grande importância militar, porém não fornece seus dados, é Israel, onde as mulheres são recrutadas para as forças armadas e têm ativa participação nos combates diretos.

As atuações das mulheres em exércitos datam desde o final do século XIX, exercendo atividades como cozinheiras, enfermeiras e lavadeiras, servindo sempre próximas à linha de frente e, mesmo sendo essenciais para os esforços de guerra, as atividades empenhadas por elas são pouco reconhecidas. Como apontado anteriormente, a atuação de mulheres nas forças armadas atualmente pode ser entendida como uma forma de “[...] satisfazer as necessidades de mão-de-obra” (TICKNER, 2001, p. 58, tradução nossa)⁴⁵. A atuação de mulheres nas forças armadas é amplamente discutida por diversos grupos feministas, como as feministas radicais que acreditam que as mulheres são pacíficas, então “[...] acredita que as mulheres devem rejeitar o combate em guerras dos homens” (TICKNER, 2001, p. 58, tradução nossa)⁴⁶, afirmando que as mulheres possuem uma afinidade maior com a paz. Por outro lado, feministas liberais motivadas pelo princípio de igualdade, acreditam que a inserção de mulheres nos combates retiraria a visão masculinizada das forças armadas, mudando culturalmente as concepções sobre os papéis dos homens e mulheres em meio aos conflitos.

⁴⁴ “[...] change the internal culture of the armed forces are often expressed by politicians and by military servicemen”.

⁴⁵ “[...] in order to meet ‘manpower’ needs”.

⁴⁶ “[...] that women should reject fighting in men’s wars”.

É importante ressaltar que as dicotomias entre as feministas radicais e liberais sobre a inserção das mulheres nas forças armadas geram um debate interessante sobre as diferenças militares nos países imperialistas. De forma que dados demonstram que nos Estados Unidos, desde 1997, as mulheres compõem cerca de 14% do exército norte-americano, 17% na força aérea e 13% na marinha (TICKNER, 2001), sendo a oportunidade econômica e de ascensão social os principais motivos para o ingresso das mulheres nas forças armadas norte-americanas. É possível observar também uma adesão maior de mulheres negras a partir desse período até 1980, maior que a incorporação de homens negros. Ao final da década de 1980, cerca de 430.000 mulheres serviam regularmente as forças armadas norte-americanas, porém Tickner (2001) coloca que a cultura masculinizada dos pelotões não foi alterada, ocorrendo casos de assédios sexuais e estupros que evidenciam a permanência da cultura masculinizada da instituição.

Em suma, a percepção feminista sobre a guerra tende a se concentrar na perspectiva da Segurança Crítica que em conformidade com os teóricos construtivistas, entendem que os comportamentos dos Estados em relação aos conflitos não podem ser entendidos sem ocorrer uma análise das questões de identidades e das relações sociais, onde as feministas ampliam essa abordagem colocando o gênero como forma de análise. Reconhecendo que a construção social envolta do gênero é necessária para entender os comportamentos estatais sobre segurança e defesa, são resultado de manipulações do gênero como colocado por Tickner:

Enquanto os estudos de segurança crítica tem enfatizado a importância da identidade para entender o comportamento do Estado, a teorização feminista é distinta na medida em que revela como as identidades, muitas vezes, dependem das manipulações de gênero (TICKNER, 2001, p. 54, tradução da autora)⁴⁷.

Com isso, as políticas internacionais dos Estados são baseadas em modelos de gênero pré-estabelecidos, associados ao masculino, que buscam legitimar as atuações nos conflitos por meio da afirmação em proteger o que é feminino, considerado sensível e que necessita ser mantido para garantir as relações sociais e capitais na qual a sociedade é mantida. A manutenção das identidades nacionais já estabelecidas é imperativa para que a continuidade da hegemonia masculina perpetue em diversos ramos sociais como o matrimônio, as relações familiares, trabalhistas, civis e políticas. Desta forma, a inserção das mulheres em meio político passa a ser

⁴⁷ “While critical-security studies has emphasized the importance of identity for understanding state behavior, feminist theorizing is distinctive insofar as it reveals how these identities often depend on the manipulations of gender”.

legítima para a ocorrência de mudanças nas políticas internacionais e no comportamento dos Estados para combater o modelo de gênero pré-estabelecido nas Resoluções de conflitos.

4.1.1 O Mito da Proteção

Partindo da premissa de que as mulheres em meio às políticas internacionais são marginalizadas e, em especial nas atividades da segurança, a utilização do sujeito mulher para legitimar os atos de violência dos Estados em meio aos conflitos por meio da relação protetores-protegidos é trazido por Tickner como “[...] essencial para a legitimação da violência” (TICKNER, 2001, p. 57, tradução da autora)⁴⁸, sustentando a ideia do feminino ser o vitimizado, que necessita de proteção, atribuindo ao homem ou ao masculino a tarefa de proteção.

Assim, as práticas militares são construídas a partir de locais dos oprimidos e dos opressores que reafirmam as relações de poder por meio das ações militares, estratégicas e de políticas internacionais nos conflitos. As relações de poder e de dominação de gênero partem de duas premissas: a primeira do *mito da proteção*, referente às relações trazidas por Cynthia Enloe como os guerreiros justos, o masculino, o militarizado e as almas belas sendo o vulnerável, o feminino, sendo que nessa relação a justificativa da violência parte “da necessidade de proteção de todos os que, alheios ao poder por suas características ‘naturais’, estão ameaçados pela existência de outros masculinos militarizados” (COSTA, 2008, p. 11); a segunda do *mito do poder*, referente aos lugares de poder que realizam a identidade masculina hegemônica, tendo como ponto central a força e o pensamento militar estratégico, assim “[...] assume que o poder político somente pode ser exercido por aqueles que cumpram determinadas exigências assumidas como naturalmente atreladas ao ser político, reforçando o caráter excludente dos espaços de tomadas de decisão” (COSTA, 2008, p. 12).

Com isso, o “mito da proteção” surge como a justificativa para os homens fazerem guerra com o objetivo de proteger o vulnerável, que acaba por englobar a mulher, as crianças e idosos. Porém, em meio aos conflitos e com uso desenfreado da violência para demonstrar o poderio militar, são exatamente esses vulneráveis que acabam sendo as maiores vítimas, como colocado por Tickner:

De acordo com o Relatório do Programa de Desenvolvimento Humano, houve um aumento acentuado da proporção de vítimas civis de guerra-onde cerca de 10% no

⁴⁸ “[...] is essential to the legitimation of violence”.

início do século XX passaram a contabilizar quase 90% ao final do século. Embora o relatório não identifique as vítimas por sexo, afirma que esse aumento faz com que as mulheres estejam em piores condições (TICKNER, 2001, p. 49, tradução nossa)⁴⁹.

A noção de que a exclusão das mulheres nas tomadas de decisões políticas e estratégicas em nível internacional de defesa implica na invisibilidade das questões de gênero em meio ao campo e perpetua o sofrimento dos grupos sociais minoritários em conflitos de proporções internacionais e locais (BASSANETTI, 2014). Desta forma, a guerra acaba não sendo uma atividade necessariamente masculina, mas sim uma “atividade onde ainda existe claramente uma subordinação das atividades das mulheres em relação as atividades masculinas, fruto de uma predominância patriarcal perpetuada há séculos, em diversos níveis” (BASSANETTI, 2014, p. 59). Uma vez que ocorre um aumento nas vítimas civis nas guerras, as responsabilidades das mulheres tendem a aumentar também, tornando a situação da mulher mais vulnerável, pois o papel social como mãe, provedora das famílias e a reprodução se tornam mais difíceis em meio aos conflitos. Um dos exemplos trazido por Tickner apresenta as sanções econômicas que penalizam as mulheres por comportamentos estatais. Neste cenário, as mulheres passam a incluir novos fatores e papéis sociais, inferindo em um maior grau de independência que tende a renunciar os conflitos nas quais são inseridas, por lutarem suas próprias guerras diárias.

Dados da Comissão das Nações Unidas para Refugiados apontam que cerca de 75% dos refugiados são mulheres e crianças, soma que apresentou um crescimento expressivo a partir de 1970, quando contabilizava 3 milhões de refugiados que buscavam asilo principalmente por conflitos étnicos e nacionalistas. Uma das características desses conflitos é o desaparecimento dos homens, vítimas da opressão contínua do Estado e por “limpezas étnicas” que acabam por dizimar populações inteiras. Assim, as mulheres forçadas a deixarem seus lares partem para campos de refugiados deixando muitos laços familiares em ambos os lados dos conflitos, devido a casamentos e filiações.

Por fim, a subordinação de gênero implica nas mais diversas formas de opressão em meio aos conflitos. Entre elas, a legitimação da violência para proteger sua população contra o inimigo comum, a proteção contra o outro masculino militarizado, onde Estados passam a transportar o mito para políticas internacionais de forma macro, como utilizado durante a Guerra Fria para conter o comunismo, a Guerra ao Terror contra o terrorismo desempenhado

⁴⁹ “According to the United Nations’ *Human Development Report*, there has been a sharp increase in the proportion of civilian casualties of war—from about 10 percent at the beginning of the twentieth century to 90 percent at its close. Although the report does not break down these casualties by sex, it claims that this increase makes women among the worst sufferers”.

por Bush após os atentados de 11 de setembro. A partir disso é possível concluir “que a guerra é uma construção social cultural que depende de mitos de proteção” (TICKNER, 2001, p. 51, tradução nossa)⁵⁰, não sendo inevitável como apontado pelos teóricos realistas, porém a utilização do mito para legitimar a proteção às mulheres impossibilita a construção da paz, entendendo que as construções de gênero em meio à guerra podem ser um instrumento para questionar a forma com que a segurança foi utilizada para legitimar os conflitos.

4.2 Estudos Feministas sobre Paz

Tendo como base, o conhecimento da mínima participação das mulheres nas tomadas de decisão na segurança e estratégia, é notória a participação das mulheres nas questões de paz. Com representações de movimentos pela paz por todo o mundo, feministas de diversas gerações buscam transmitir a mensagem da paz por esse meio, denunciando os abusos estruturais que acometem as mulheres, bem como os horrores da guerra nas quais são inseridas. Com base nisso, Tickner coloca que “[...] tais movimentos vão desde protestar contra o confronto nuclear entre as grandes potências até a organização contra as atividades repressivas dos Estados sobre suas próprias populações” (TICKNER, 2001, p. 58, tradução nossa)⁵¹.

Entre os diversos movimentos feministas pela paz, está “a greve das mulheres pela paz nos Estados Unidos” que ocorreu no início da década de 1960 e teve como objetivo chamar a atenção da população para a Guerra Fria, onde “[...] defenderam seu direitos como mães de influenciar o curso do governo em seu apoio à contenção nuclear em curso” (TICKNER, 2001, p. 55, tradução nossa)⁵², na qual alegavam que as armas nucleares eram uma ameaça à família norte-americana ao invés de um instrumento para proteção. O movimento enfatizava que a corrida nuclear travada pelos blocos capitalista e soviético era uma ameaça eminente à família, desafiando assim a ideia da guerra travada pelos homens para proteger as mulheres (TICKNER, 2001). A estratégia utilizada por esses grupos anteriores ao feminismo radical era o maternalismo na qual contribuíram para a criação do Comitê de Representantes das Nações Unidas em 1962.

Diversos movimentos feministas começaram a adotar essa estratégia e, em 1980, ocorre o Acampamento para a Paz das Mulheres na cidade de Greenham Common, no Reino Unido,

⁵⁰ “war is a cultural construction that depends on myths of protection”.

⁵¹ “[...] such movements have ranged from protesting the nuclear confrontation between the great powers to organizing against the repressive activities of states on their own populations”.

⁵² “[...] defended their right as mothers to influence the course of government in its support for nuclear containment”.

que protestava contra a colocação de mísseis norte-americanos no Reino Unido. Sua base de protesto era no conceito de “amizades íntimas” e “cultura feminina de canções e rituais” que revivia a vida pré-capitalista, baseando-se na concepção do feminismo radical que coloca as mulheres como cuidadoras, tendo o princípio da não-violência e não hierarquização para montar o protesto histórico. Na América Latina, as “Mães da Plaza de Mayo” também utilizaram os protestos para se mobilizarem contra a repressão brutal do governo de Videla e pelo desaparecimento de seus maridos e filhos. Na mesma época as mulheres russas foram às ruas protestar contra o envio de tropas para os combates na Chechênia, evidenciando “[...] como as mulheres ativistas pela paz desenharam explicitamente sobre as imagens maternas ou feministas para elaborar suas estratégias” (TICKNER, 2001, p. 59, tradução nossa)⁵³.

Tickner aponta que diversas pesquisadoras feministas de paz também adotam o maternalismo como um ponto de vista especial para apoiar as reivindicações das mulheres, entre elas Betty Reardon que defende “[...] a necessidades de valores ‘femininos’, que ela vê como moralmente superiores em um mundo nuclear” (TICKNER, 2001, p. 59, tradução nossa)⁵⁴. Outra pesquisadora apontada por Tickner é Sara Ruddick, que defende a afinidade política da paz com o pensamento materno: “Ruddick tem o cuidado de não dizer que as mulheres são mais pacíficas que os homens, mas ela afirma que há uma contradição entre a maternidade e a guerra” (TICKNER, 2001, p. 59, tradução nossa)⁵⁵. Seu pensamento é referido à “racionalidade militar”, onde o pensamento materno surge na prática maternal concentrando-se no assistencialismo que é um ideal alternativo da razão.

Muitas feministas não concordam em utilizar o maternalismo como motivação para os movimentos de paz, como Lynne Segal que “[...] vê os movimentos de paz das mulheres como uma das forças progressistas mais fortes dos anos 80” (TICKNER, 2001, p. 59, tradução nossa)⁵⁶ observando que a noção de pacifismo pelas mulheres e a inserção de políticas de paz pelas mulheres resultaria em análises do militarismo a uma questão de psicologia individual, como explicado por Tickner que “uma ideologia da diferença essencial das mulheres, típica do feminismo radical, pode encorajar os homens a lutarem por medo de parecer não-humanos.

⁵³ “[...] how women peace activists have drawn explicitly on maternal or womanist imagery to craft their strategies”.

⁵⁴ “[...] the need for “feminine” values, which she sees as morally superior in a nuclear world”.

⁵⁵ “Ruddick is careful not to say that women are more peaceful than men, but she does claim that there is a contradiction between mothering and war”.

⁵⁶ “[...] seeing women’s peace movements as among the strongest progressive forces of the 1980s”.

Além disso, o reducionismo biológico não permite a mudança” (TICKNER, 2001, p. 78, tradução nossa)⁵⁷.

Desta forma, partindo da concepção de uma sociedade que é dominada pelos homens, a associação entre homem-guerra e mulher-paz reforça hierarquias de poder e de gênero. Tickner explana que, embora os movimentos de paz das mulheres com o auxílio do maternalismo tenham obtido algum sucesso, não mudaram as relações de gênero existentes, portanto as agendas continuam a ser dominadas pelos homens, que permanecem no controle nas tomadas de decisão e as mulheres continuam sendo invisibilizadas nas formulações de políticas externas. E essa concepção foi colocada por Fukuyama e rebatida por Tickner, como colocado a seguir:

Um exemplo das consequências negativa da associação de mulheres com a paz é a discussão de Francis Fukuyama sobre as raízes biológicas dos seres e sua associação com a guerra. Fukuyama afirma que as mulheres são mais pacíficas do que os homens-fato que, acredita ele, é biologicamente determinado. Portanto, um mundo dirigido por mulheres seria um mundo pacífico. No entanto Fukuyama afirma que só no Ocidente pode realizar o que ele chama de um mundo “feminizado”, pois as áreas externas ocidentais continuariam a ser administradas por homens agressivos mais jovens e ocidentais que podem enfrentar ameaças colocadas por perigos de fora, devendo permanecer sobretudo no domínio da política internacional (TICKNER, 2001, p. 60, tradução nossa)⁵⁸.

Mesmo com a criação da Comissão das Nações Unidas sobre o Estatuto das Mulheres, em 1947, a inserção da questão das mulheres nas agendas internacionais não era considerada prioridade, porém com pressões de países europeus e orientais, a abordagem da Comissão passou a ser política, passando a lidar das perspectivas das mulheres em um debate político mais amplo e considerado intergovernamental (GLERYCZ, 2001).

A partir dos anos de 1980, com a divisão das questões das “mulheres e da paz” foram criadas diferentes funções para o organismo da ONU, ampliando o debate e inserindo-o nas questões de Segurança e Paz na ONU, assim o organismo passa a ser chamado de Divisão para Avanço da Mulher passando a ter diversas unidades. Glerycz aponta que os diversos relatórios sobre as diferenças sociais implicadas nas relações internacionais foram vistos como redundantes para o uso governamental, e por essas razões políticas a representação do gênero

⁵⁷ “An ideology of women’s essential difference, typical of radical feminism, may encourage men to fight for fear of appearing unmanly; moreover, biological reductionism does not allow for change”.

⁵⁸ “An example of the negative consequences of associating women with peace is Francis Fukuyama’s discussion of the biological roots of human aggression and its association with war. Fukuyama claims that women are more peaceful than men – a fact that, he believes, for the most part is biologically determined. Therefore, a world run by women would be a more peaceful world. However, Fukuyama claims that only in the West is the realization of what he calls a “feminized” world likely; since areas outside the West will continue to be run by younger aggressive men, Western men, who can stand up to threats posed by dangers from outside, must remain in charge, particularly in the area of international politics”.

novamente foi esquecida. Porém, na academia as publicações renderam reflexões importantes sobre o papel da igualdade de gênero em meio ao desenvolvimento social, como colocado a seguir:

Reuniões e publicações começaram a refletir a opinião de que não poderia ocorrer o progresso na democratização, governança participativa e avanços na paz, segurança e resolução de conflitos sem a participação plena e igualitária das mulheres (GIERYCZ, 2001, p. 18, tradução nossa)⁵⁹.

Assim, ao final da Guerra Fria com o restabelecimento de democracias, surgimento de um sistema econômico internacional equilibrado e o senso de melhor cooperação entre o Leste e o Oeste, resultou em desigualdades em termos governamentais sobre as questões de crescimento da igualdade. Glerycz coloca que diversos governos reduziram seu interesse nas questões das “mulheres e de paz”, pois já não era mais politicamente válido. Porém, diversas áreas emergentes ao final da Guerra Fria destacavam a importância do papel das mulheres nas diversas esferas sociais, como cidadãs participando ativamente da política interna dos países para que as perspectivas para construção de sociedade democrática e de promoção da paz ocorressem de forma equilibrada, resultando nas áreas internacionais e nas resoluções de conflitos.

⁵⁹ These new approaches were reflected in the work of the Division for the Advancement of Women in the preparatory process to the Fourth World Conference on Women in Beijing. In this period the Division which acted as the Secretariat of the Conference addressed women's roles in decision making on peace, security, peacekeeping and conflict resolution

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise efetuada sobre a inserção das questões de gênero nas Relações Internacionais ao final da Guerra Fria, com foco nas abordagens na Segurança Internacional sobre o impacto nas guerras e conflitos modernos, percebe-se que o desenvolvimento do tema desde então com estudos efetuados e com a criação de alguns organismos internacionais específicos para a promoção da igualdade às mulheres, aos refugiados e para promoção da paz demonstra uma preocupação maior sobre as vítimas do sistema patriarcal capitalista. Porém, a efetividade das políticas internacionais, baseadas no gênero, acabam por serem inviabilizadas pelo modo que os Estados são construídos, partindo de uma lógica patriarcalista, voltada para a manutenção da propriedade privada e, portanto, do capitalismo. O Sistema Internacional acaba, então, por reproduzir as relações de poder que são construídas no interno dos Estados, evidenciando as mais diversas noções de submissão das mulheres.

Assim, a hipótese traçada pela presente pesquisa é confirmada, onde no desenvolvimento da pesquisa respalda a hipótese de que a posição dos Estados em meio à guerra não são norteadas pelas noções de gênero, por não serem entendidas como cruciais para as agendas de segurança dos grandes players, mas sim questões domésticas.

No decorrer do desenvolvimento do sistema de interdependência e globalização entre os Estados, as questões realistas ainda permeiam as questões voltadas à defesa e segurança, uma vez que as guerras podem ser consideradas a forma mais efetiva da atuação dos Estados imperialistas para a manutenção do *status quo* e sua posição de hegemonia no sistema perante os demais Estados. A guerra, “sendo a continuação da política por outros meios”, como colocado por Clausewitz, demonstra que as decisões de ir à guerra pelo homem sempre permanecera no sistema como uma opção, pois as necessidades econômicas, de poder e a sensação de insegurança permanente são cruciais para a sobrevivência dos Estados. As relações de poder impostas na lógica dos conflitos são resultados de construções sociais binárias, que acabam por perpetuar as relações de submissão e de violência à mulher, que são orquestradas desde a formação das sociedades capitalistas, com a criação da propriedade privada e nos mecanismos de perpetuação da herança. As violências extremas impostas nas guerras acabam por ferir o princípio de pacifismo e de cooperação na qual os Estados são incentivados a terem desde o final da Segunda Guerra Mundial e com criação da Organização das Nações Unidas em 1947.

Porém, nos diversos conflitos étnicos e civis ocorridos desde o final da Guerra Fria evidencia-se a necessidade de utilização de mecanismos para moderação do uso da violência, de modo que as teóricas feministas acreditam que somente com a mudança nas concepções dos Estados, partindo de uma remodelação sobre as concepções sociais desde o cerne familiar e nas relações sociais que as noções de segurança e insegurança em nível macro seriam transformadas, podendo assim, alcançar uma noção de sociedade em que a guerra e a violência não seriam mais utilizadas como forma de demonstração de poder, por ocorrer uma quebra nas relações de poder antes feitas. Dentro da lógica feminista de Segurança, a quebra dos modelos tradicionais de política internacional resultaria em uma nova formulação de pacifismo e construção de um Sistema Internacional reflexo das políticas internas de países igualitários, na qual a inserção das mulheres nas zonas de decisão poderia modificar a lógica das negociações internacionais e assim as políticas internacionais desenvolvidas desde então teriam o gênero como norte, e não o capital ou o poder.

Desta forma, a inserção do gênero nas agendas relacionadas à Segurança Internacional dos Estados incluiriam questões antes marginalizadas e invisibilizadas como os estupros em massa e como arma de guerra, bem como o resultado dessa violação na vida das mulheres, na utilização da violência extrema para demonstração de poder como ocorrido com os ataques nucleares ao final da Segunda Guerra Mundial e na mudança das relações de poder e de gênero que resultariam em uma mudança nas relações sociais e internacionais. A visão mais próxima à realidade social dos cidadãos fora da lógica capitalista, ampliaria as noções dos efeitos dos conflitos no mundo, podendo criar uma sociedade que partindo da lógica pacifista e igualitária, modificaria as estruturas de poder e de organização social e, assim, dos Estados. Portanto, a visão feminista de segurança se mantém na posição emancipatória em todos os níveis sociais, políticos e econômicos, onde a lógica capitalista, imperialista e de insegurança são questionadas por não manterem realmente o sistema em “equilíbrio de poder” mas sim, em uma constante insegurança.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Miriam. Das margens ao centro?: Refletindo sobre a teoria feminista e a sociologia acadêmica. **Rev. Estud. Fem.** vol.11 no.1 Florianópolis Jan./June 2003. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext...026X2003000100020>. Acesso em 14.04.2016
- ACRERLY, Brooke A; STERN, Maria; TRUE, Jacqui. **Feminist Methodologies for International Relations**. Noya York: Cambridge University Press, 2006.
- BANDEIRA, Lourdes. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Rev. Estud. Fem.** vol.16 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2008. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext...026X2008000100020>. Acesso em 16.05.2016
- BASSANETTI, Kalila. O papel da mulher nos conflitos internacionais: um estudo de caso sobre a Guerra da Bósnia. **Revista Cippus-Unisalle**. Canoas-RS. V.3, n.2 nov/ 2014. Disponível em <www.revistas.unilasalle.edu.br > Capa > v. 3, n. 2 (2014) > Bassanetti>. Acesso em 34.05.2016
- BLANCHARD, Eric M. Gender, International Relations, and the Development of Feminist Security Theory. **Journal of Women in Culture and Society**. Vol. 28, n. 41. 2003.
- BERNARDINO, Luís Manuel Brás. Conceitos actuais da Estratégia Militar de Jomini. **Revista Militar**, Nº 2520. 2012. Disponível em <http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=728>. Acesso em 12.03.2016.
- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo: A experiência vivida**. São Paulo. 2ª ed. Editora Europeia do Livro. 1967
- Biblioteca Feminista. **Kate Millet- Política Sexual**. Disponível em <<http://biblioteca-feminista.blogspot.com.br/2016/04/kate-millet-politica-sexual.html>>. Acesso em 25.10.2016.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11 edição. Brasília: Editora UNB, 1998.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.
- CANAVÊZ, Fernanda. A violência a partir das teorias freudianas do social. Rio de Janeiro. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. V.66, n.1 2014. Acesso em 10.09.2016. Disponível em <<http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/view/836/836>>. Acesso em 12. 09. 2016.
- CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.
- CALVELLI, Haudrey Germiniani; LOPES, Maria de Fátima. **A Teoria do Conhecimento e a Epistemologia Feminista**. s.d. Disponível em <<http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Haudrey.pdf>>. Acesso em 15.07.2016

CARR, Edward Hallett, 1892-1982. **Vinte Anos de Crise:1919-1939**. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais. Brasília: Editora UnB, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001, 305p.

CISNE, Mirla. **Marxismo**: uma teoria indispensável à luta feminista. s.d. Disponível em <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT4/gt4m3c6.PDF>>. Acesso em 19.07.2016

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. s.d. Disponível em <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>>. Acesso em 12.04.2016

CONCEIÇÃO, Antônio Carlos Lima da. Teorias feministas: da “questão da mulher ao enfoque de gênero. **RBSE** 8(24), 2009, pp. 738-757. Disponível em <paginas.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao_art.pdf>. Acesso em 20.05.2016

COSTA, Grazielle Furtado Alves da. **Entre guerreiros justos e almas belas**: proteção, poder e resistência política nos discursos e nas práticas das mulheres colombianas organizadas pela paz. [Tese de Doutorado em Relações Internacionais]. Rio de Janeiro, RJ, 2008. Disponível em <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0412780_08_cap_01.pdf>. Acesso em 24.10.2016.

DAVIS, Angela Y. A vocabular for feminist praxis: on war and radical critique. In RILEY, Robin L; MOHANTY, Chandra Talpade; PRATT, Minnie Bruce. **Feminism and War**: confronting US imperialism. London: Zed Books, 2008.

DECLARAÇÃO DE SEVILHA SOBRE A VIOLÊNCIA. Disponível em <<http://www.comitepaz.org.br/sevilha.htm>>. Acesso em 16/08/2016.

DIAS, Maria Odila da Silva. **Teoria e método dos estudos feministas** (perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano). São Paulo: Ed. Mimeo, 1990.

ENLOE, Cynthia. Feminism and war: stopping militarizers, critiquing power. In ILEY, Robin L; MOHANTY, Chandra Talpade; PRATT, Minnie Bruce. **Feminism and War**: confronting US imperialism. London: Zed Books, 2008.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases**. Londres: Pandora Press, 1989.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

FERREIRA, Gleidiane de Sousa. Não há igualdade sem diferença, nem diferença sem igualdade. **Rev. Estud. Fem.** vol.23 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2015.

FERREIRA, Isabella Maria Nunes; RAITZ, Tânia Regina. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. **Rap** — Rio de Janeiro 44(2):367-83, mar./abr. 2010. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext...026X2015000100273>. Acesso em 29.07.2016.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. 3 ed. São Paulo: Globo, 2006.

FILHO, Amílcar Torrão. Uma questão de gênero: onde o masculino o feminino se cruzam. **Cadernos Pagu** (24), janeiro-junho, 2005, p. 127-152.

FOUCAULT, Michel (1980). **Do governo dos vivos**. Curso no Collège de France. Paris: Bibliothèque Générale du Collège de France, inédito, fitas cassetes de I a XII.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Microfísica do poder**. Org. e trad. Alexandre Fontana. s.d. Disponível em <<https://ayrtonbecalle.com/colecao-educadores-dominio-publicomec-62-livros-em-pdf/14-2/livros-de-filosofia-pdf/32-livros-de-michel-foucault-em-pdf/>>. Acesso em 15.07.2016.

GIERYCZ, Dorota. Women, Peace and the United Nations: Beyond Bijing. In SKJELSBÆK, Inger; SMITH, Dan. **Gender, Peace and Conflict**. Oslo: Sage Publications, 2001.

GORDON, Flávio. Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política. **Mana**. 2006, vol.12, n.2, pp.524-527. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132006000200012>>. Acesso em 04/09/2016.

GUNGEL, Telma. Feminismo e Luta de Classe: História, movimento e desafios teórico-políticos do feminismo na contemporaneidade. **Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Fazendo Gênero**. 2010, p. 1-9. Disponível em <www.fazendogenero.ufsc.br/.../1277667680_ARQUIVO_Feminismoelut.>. Acesso em 19.08.2016.

HOBBSVAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOFFMAN, John. **Gender and Sovereignty: Feminism, the State and International Relations**. London: Library of Congress Cataloging, 2001.

HARDING, Sandra. *Is Science Multicultural? Postcolonialisms, feminisms and epistemologies*. Indiana University Press. s.d.

_____. **Is there a feminist method? Feminism and Methodology**. New York: Cornell University Press, 1999. Disponível em <www.andreadoucet.com/.../Doucet-Mauthner-2005->. Acesso em 31.09.2016

_____. **The Science Question in Feminism**. New York: Cornell University Press, 1996.

ISQUIERDO, Larissa Bozza, **Pensando gênero nas relações internacionais**. s.d. Disponível em <<http://www.humanas.ufpr.br/portal/nepri/files/2012/04/Pensando-o-g%C3%AAnero-nas-rela%C3%A7%C3%B5es-internacionais.pdf>>. Acesso em 19.09.2016.

KEEGAN, John. **Uma história da guerra** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KRONSELL, Annica; SVEDBERG, Erika. *Making Gender, Making War: violence, military and peacekeeping practices*. **Routledge Advances in Feminist Studies and Intersectionality**. Routledge, 2011.

LAGE, Victor Coutinho. Os debates em Relações Internacionais e a emergência do movimento construtivista. **Fronteira**, Belo Horizonte, v.6, n. 12, 2º sem. 2007, p. 101-121.

LENNOX, Sara. Constructing Fertility in the Early Cold War Era. **German Pop Culture**, p. 66-79. Disponível em <<https://www.press.umich.edu/pdf/0472113844-ch4.pdf>>. Acesso em 20.09.2016.

LOCHER, Birgit; PRÜGL, Elisabeth. Feminism and Constructivism: worlds apart or sharing the middle ground? **International Studies Quarterly**. 45, 2001, pp. 111-129.

LOPES, Luara Landulpho Alves. Identidade e exclusão: a abordagem feminista das relações internacionais. **Gênero na contemporaneidade**, GT 09, 2006, p. 1-27. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104>. Acesso em 26.09.2016

MACHADO, Rita Maria Xavier. História(s) do feminismo ou o feminismo na história? **Rev. Estud. Fem.** vol.11 no.1 Florianópolis Jan./June, 2003. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext...026X2003000100029>. Acesso em 28.07.2016

MATOS, Marlise. Movimento e Teoria Feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 67-92. Disponível em <www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/06>. Acesso em 24.07.16.

MAYORGA, Cláudia; COURA, Alba; MIRALLES, Nerea; CUNHA, Vivane Martins. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. **Rev. Estud. Fem.** vol.21 no.2 Florianópolis May/Aug. 2013. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext...026X2013000200003>. Acesso em 28.05.2016.

MIGUEL, Luis Felipe. **Mary Wollstonecraft e as origens do feminismo**. Bolg da Boitempo. Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/27/mary-wollstonecraft-e-as-origens-do-feminismo/>>. Acesso em 26.10.2016.

MONTE, Izadora Xavier. **Gênero e Relações Internacionais: Uma crítica ao discurso tradicional de segurança**. [Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais]. Brasília, Distrito Federal: Universidade de Brasília, 2010, 146f.

MONTOYA, Matthew; ACOSTA, Ashley; GAUBATZ, Kurt. **Harriet Talor Mill**. Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em <<http://plato.stanford.edu/entries/harriet-mill/>>. Acesso em 25.10.2016.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v.1, n. 11, 2000, p. 89-97. Disponível em <www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos.../dossie58Dossie%204.pd...>. Acesso em 25.09.2016

MORGENTHAU, Hans J. **A Política entre as Nações**. A luta pelo poder e pela paz. São Paulo/Brasília: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Editora Universidade de Brasília. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3,

set./dez. 2006, p. 647-654. Disponível em <www.scielo.br/pdf/pe/v11n3/v11n3a20.pdf>. Acesso em 20.08.2016

_____. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Rev. Estud. Fem.** vol. 21, no.1, Florianópolis, Jan./Apr. 2013. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext...026X2013000100004>. Acesso em 30.09.2016

NYE, Andrea, **Teoria feminista e filosofia do homem**. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1995.

NYE. Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo. Editora Gente, 2009.

OLIVEIRA, Laís Paula Rodrigues de; CASSAB, Latif Antonia. Movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, 2014. Disponível em <www.uel.br/.../GT10_Laís%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%..>. Acesso em 29.05.2016

PAIVA, Isadora Campregher. **A escola feminista nas relações internacionais: bases teórico-metodológica**. [Monografia de Graduação em Relações Internacionais]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014, 71f.

PARISI, Maurício Orestes. **A guerra no “longo século XIX”: As teorias da guerra e análise histórica**. s.d. Disponível em <[diversitas.fflch.usp.br/.../A%20Guerra%20no%20Longo%20SecXIX%](http://diversitas.fflch.usp.br/.../A%20Guerra%20no%20Longo%20SecXIX%>)>. Acesso em 14.10.2016.

PARET, Peter. **A Gênese Da Guerra**. s.d., p. 8. Disponível em <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/cepe/DAGUERRA.pdf>>. Acesso em 12.04.2016

PINTO, Célia Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 15-23. Disponível em <www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>. Acesso em 27.10.2016.

PROENÇA JR, Domínicio; DINIZ, Eugenio; RAZA, Salvador Ghefi. **Guia de Estudos de Estratégia**. Rio do Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

RADOI, Cristina. A resposta ineficaz das organizações internacionais em relação à militarização da vida das mulheres. **SUR. Revista Internacional de Direitos Humanos / Sur – Rede Universitária de Direitos Humanos – v.1, n.1, jan. 2004 – São Paulo, 2004**. Disponível em <www.conectas.org/.../publicacao-2014102117165407-10182307.pdf>. Acesso em 29.10.2016.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história**. In Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.). **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RICCI, Carla. **Perspectiva sobre gênero: A inserção pública da mulher no Irã do século XX**. [Monografia de Graduação em Relações Internacionais], Santana do Livramento, Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Pampa, 2014, 81f.

RILEY, Robin L.; MOHANTY, Chandra Talpade; PRATT, Minnie Bruce. **Feminism and War: confronting US imperialism**. London: Zed Books, 2008.

RODRIGUES, Thiago Moreira de Souza. **Guerra e política nas relações internacionais**. São Paulo: EDUC, 2008.

RUSSEL, Bertrand. **War crimes in Vietnam**. George Allen & Unwin Ltd, 1967.

RUIZ, Tricia. **Feminist Theory and International Relations: The Feminist Challenge to Realism and Liberalism**. s.d. Disponível em <<https://www.csustan.edu/sites/default/files/honors/documents/journals/soundings/Ruiz.pdf>>. Acesso em 28.10.2016.

SANTOS, Claudia. Leitura de gênero sobre os estudos de segurança internacional. **Conjuntura Global**, Vol. 4, n. 2, maio/ago, 2015, p. 171-184. Disponível em <www.humanas.ufpr.br/.../conjunturaglobal/.../4-Leitura-de-gênero-sobre>. Acesso em 22.10.2016.

SANDENBERG, Cecília M. B. Estudos feministas: um esboço crítico. **NEGIF/UFC**. p.17-40, 2004. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/.../Estudos%20Feministas.%20Esboço%20Críti>>. Acesso em 15.10.2016.

SCOTT, Joan W. Gender: A useful category of historical analysis. **The American Historical Review**, Volume 91, Issue 5, 1986, p. 1053-2075.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5.

SEXISMO E MISOGINIA. Shumamith Firestone-perigosamente à frente do seu tempo. Disponível em <<http://sexismoemisoginia.blogspot.com.br/2011/11/shulamith-firestone-perigosamente.html>>. Acesso em 26.10.2016.

SHARONI, Simona; ABDULHADI, Rabab. Transnational Feminist Solidarity in Times of Crisis. **International Feminist Journal**, Vol. 17, n. 4. 2015, p. 654-670. Disponível em <www.simonasharoni.com/app/.../IFJFeministBDS.pdf>. Acesso em 27.06.2016.

SHARONI, Simona. **Rethinking Women's Struggles in Israel – Palestine and the North of Ireland**. In Caroline Moser and Fiona Clarck. *Victims, Perpetrators or Actors: Gender Armed Conflict and Political Violence*, London: Zed, 2001.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. Feminismo Radical-pensamento e movimento. **Travessia**. Ed. 4, 1982, p. 1-15. Disponível em <[e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/3107/244](http://revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/3107/244)>. Acesso em 17.05.2016.

SIQUEIRA, Camila Karla Barbosa. As Três Ondas do Movimento Feminista e suas Repercussões no Direito Brasileiro. In BEDIN, Gilmar Antonio; CITTADINO, Gisele Guimarães; ARAÚJO, Florivaldo Dutra de. **Poder, cidadania e desenvolvimento no Estado democrático de Direito**. COPENDI: Florianópolis, 2015.

SOUSA, Fernando de. **Dicionário de Relações Internacionais**. Cidade: Edições Afrontamento/CEPESE e autores, 2005.

SILVA, Carlos Eduardo M. Viegas da. **A transformação na passagem para o século XXI.** Um estudo sobre a atualidade do paradigma de Clausewitz. São Carlos: Editora, 2003.

STRACHAN, Hew. **Sobre a Guerra de Clausewitz.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2008.

SJOBORG, Laura. **Gender and International Security: feminist perspectives.** Cidade: Routledge, 2010.

SKJELSBÆK, Inger; SMITH, Dan. **Gender, Peace and Conflict.** Oslo: Sage Publications, 2001.

STIEHM, Judith Hicks. Theses on the military, security, war and women. In SJOBORG, Laura. **Gender and International Security: feminist perspectives.** Cidade: Routledge, 2010.

SYLVESTER, Christine. **War, Sense and Security.** In SJOBORG, Laura. **Gender and International Security: feminist perspectives.** London: Routledge, 2010.

TADJBAKHS, Shahrbanou; CHENOY, Anuradha. **Human security: concepts and implications.** London: Routledge, 2007.

TICKNER, J. Ann; SJOBORG, Laura. Feminism. In DUNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International Relations Theories: Discipline and Diversity.** Third Edition, Cidade: Oxford, 2013.

TICKNER, J. Ann. Why Women can't run the world: international politics according to Francis Fukuyama. **International Studies Review**, vol. 1, n. 3, 1999, p. 3-11.

_____. You just don't understand: troubled engagements between feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**, vol. 41, n. 4, p. 611-632, 1997.

_____. Continuing the Conversation. **International Studies Quarterly**, vol. 42, n.1, 1998, p. 205-210.

_____. **Gender in International Relations: Feminist perspectives on Achieving global security.** New York: Columbia University Press, 1992.

_____. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the post-cold war era.** New York: Columbia University Press, 2001.

_____. Feminism meets International Relations: some methodological issues. In. ACERLY, Brooke A; STERN, Maria; TRUE, Jacqui. **Feminist Methodologies for International Relations.** New York: Cambridge University Press, 2006.

TURNEY-HIGH, Harry Holbert. **Primitive War: Its practice and concepts.** 2ª edição. South Carolina. University of South Carolina Press, 1991.

WALTZ, Kenneth N. **O homem, o Estado e a Guerra.** Uma análise teórica. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2004.

WEBER, Annete. **Barbarian Beasts or Mothers of invention Relation of Gendered Fighter and Citizen Images.** [Dissertação de Bacharelado em Ciências Políticas]. Berlim. Alemanha: Universidade de Berlim, 2006.

YOUNGS, Gillian. Feminist International Relations: a contradiction in terms? Or: why women and gender are essential to understanding the world 'we' live. In **International Affairs**, 80, 1, 2004, p. 75-87.